



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
2019 | 2030

**CONSÓRCIO
INTERESTADUAL
AMAZÔNIA LEGAL**

Resumo Executivo
Brasília - DF, Julho 2019

1ª Edição _ Fase 1



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
2019 | 2030

1ª EDIÇÃO
FASE 1

CONSÓRCIO INTERESTADUAL AMAZÔNIA LEGAL

Resumo Executivo
Brasília - DF, Julho 2019

CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

PRESIDÊNCIA DO CONSÓRCIO

Antônio Waldez Góes da Silva

Governador do Estado do Amapá

ASSEMBLÉIA GERAL

Gladson de Lima Cameli

Governador do Estado do Acre

Antônio Waldez Góes da Silva

Governador do Estado do Amapá

Wilson Miranda Lima

Governador do Estado do Amazonas

Flávio Dino

Governador do Estado do Maranhão

Mauro Mendes Ferreira

Governador do Estado do Mato Grosso

Helder Zahluth Barbalho

Governador do Estado do Pará

Marcos Rocha

Governador do Estado de Rondônia

Antônio Denarium

Governador do Estado de Roraima

Mauro Carlesse

Governador do Estado do Tocantins

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TITULARES

José Ribamar Trindade de Oliveira

Secretário da Casa Civil do Governo do Estado do Acre

Joel Nogueira

Controlador Geral do Estado do Amapá

Jório Veiga

Secretário de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas

Antonio de Jesus Leitão Nunes

Secretário do Estado do Maranhão

Basílio Bezerra Guimarães dos Santos

Secretário de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Mato Grosso

Parsifal de Jesus Pontes

Secretário Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará

David Inácio dos Santos Filho

Assessor Especial da Governadoria do Estado de Rondônia

Emerson Carlos Baú

Secretário da Agricultura do Estado de Roraima

Rolf Vidal

Secretário Chefe da Casa Civil do Estado do Tocantins

SUPLENTES

Maria Alice Araújo

Secretária do Planejamento e Gestão do Estado do Acre

Marcelo de Ignácio da Roza

Chefe de Gabinete do Governador do Estado do Amapá

Eduardo Costa Taveira

Secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Amazonas

Ricardo Garcia Capelli

Secretário da Representação Institucional do Governo do Maranhão em Brasília

Anildo Cesário Correa

Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas do Estado de Mato Grosso

Josenir Gonçalves Nascimento

Coordenador do Núcleo de Relações com os Municípios e Entidades de Classe do Governo do Estado do Pará

Jefferson Ribeiro da Rocha

Assessor Especial da Governadoria do Estado de Rondônia

Rogério Martins Campos

Diretor de Monitoramento e Controle da Fundação de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Roraima

Sergislei Silva de Moura

Secretário Adjunto de Planejamento do Estado do Tocantins

SECRETARIA EXECUTIVA

Zuleica Jacira Aires Moura

Secretária Executiva

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Zuleica Jacira Aires Moura

EQUIPE TÉCNICA

CÂMARA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Paula Augusta de Barros Onety

Diretora de Integração da Casa Civil do Estado do Acre

Eduardo Tavares

Secretário de Planejamento do Governo do Estado do Amapá

Marilene dos Santos Nascimento

Assessora Técnica da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Amapá

Luiz Almir de Menezes Fonseca

Secretário do Comitê Técnico de Planejamento do Governo do Estado do Amazonas

Roberto Santos Matos

Secretário Adjunto de Planejamento do Estado do Maranhão

Cristiane Costa Fernandes

Coordenadora do Núcleo de Monitoramento e Avaliação da Ação Governamental da Secretaria de Governo do Estado do Maranhão

Jainne Soares Coutinho

Assessora de Planejamento do Governo do Estado do Maranhão

Maria Juliana de Souza Alves

Superintendente de Projetos Especiais do Governo do Estado do Maranhão

Rafael Costa Neves

Gestor da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Mato Grosso

Cristiany Borges Santos

Assessora Técnica da Casa Civil do Governo do Estado do Pará

Cláudia Cristina Valente

Coordenadora de Planejamento da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Pará

Bárbara Rosas Garcez

Gestora da Superintendência do Estado Para Resultados do Governo de Rondônia

Alessandra Hallem Pimentel Vilhena

Assessora Técnica da Secretaria de Agricultura do Governo do Estado de Roraima

Regina Botelho

Assessora Técnica da Superintendência de Captação de Recursos e Gestão do Gasto Público do Governo do Estado de Tocantins

CÂMARA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mauro O' de Oliveira Almeida

Secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo do Estado do Pará

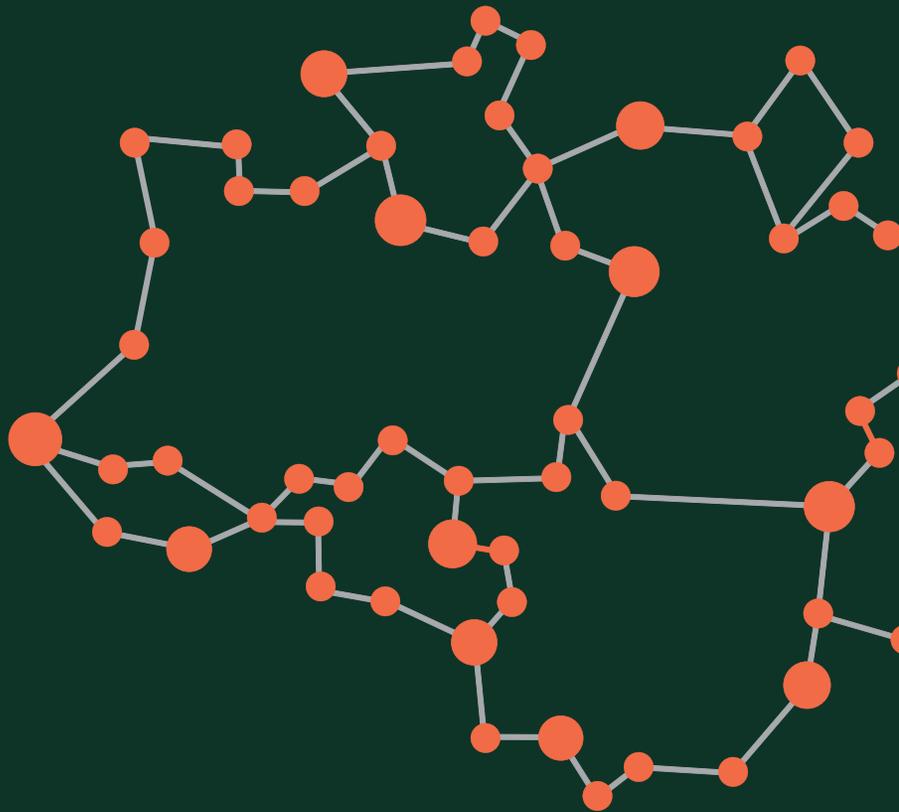
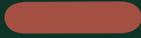
APOIO TÉCNICO E INSTITUCIONAL

Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia IPAM

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	16
1.1 Estrutura e finalidades do consórcio	21
2. METODOLOGIA	22
3. ANÁLISE DO AMBIENTE	28
3.1 Elevado potencial para uma economia de baixo carbono	34
3.2 População já alcança 28 milhões de habitantes	38
3.3 Demanda por um sistema de infraestrutura multimodal	40
3.4 Desafios em oportunidades	42
4. NORTEADORES ESTRATÉGICOS	46
4.1 Acelerando as transformações	48
4.2 Eixos de desenvolvimento	50
4.3 Objetivos estratégicos	54
5. MAPA ESTRATÉGICO	56
6. CARTEIRA DE PROJETOS PRIORITÁRIOS	60
6.1 Eixo I – Economia verde, competitividade e inovação	62
6.2 Eixo II – Integração regional	67
6.3 Eixo III – Governança territorial e ambiental	74
6.4 Eixo IV – Gestão, governança e serviços públicos prioritários	78
7. IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA	84
7.1 Convergências de políticas públicas	89
7.2 Fontes de recursos e financiamento	91
CONCLUSÃO	96

APRESENTAÇÃO

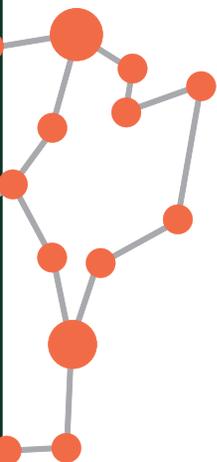


Transformar a Amazônia Legal em uma região competitiva, integrada e sustentável é o objetivo fundamental pelo qual os governadores dos nove estados amazônicos decidiram constituir o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, reformulando a diretriz política para lidar com os desafios e obstáculos que há décadas limitam o pleno desenvolvimento da região, o que nos impõe a criação de soluções integradas para superá-los.

Conscientes das questões que nos desafiam a agir em bloco e com os olhos voltados ao que queremos alcançar no futuro, decidimos primeiramente olhar para nós mesmos, para cada Estado dessa imensa região, e enxergar nossos problemas e os passos necessários para transpô-los, gradativamente, juntos.

Desta imersão resultou o presente Resumo Executivo que sintetiza os resultados da primeira fase do processo de planejamento estratégico do Consórcio da Amazônia Legal, transcorrido entre os meses de maio e junho de 2019. Neste período, equipes dos nove estados amazônicos trabalharam juntas na construção dos norteadores estratégicos e na definição dos projetos prioritários.

Sabemos que problemas e obstáculos antigos não serão transpostos imediatamente. Contudo, não podemos adiar entregas que podem perfeitamente se dar no curto prazo. Por isso, a implementação da estratégia prevê a aplicação simultânea de esforços em iniciativas de curto, médio e longo prazos, dentro do horizonte 2019-2030.



Este documento resume essencialmente as demandas e desafios desse bloco de Estados amazônicos que compõem essa região brasileira que, embora abrigue a maior floresta tropical do mundo – bioma estratégico para a conservação da biodiversidade, combate aos impactos das mudanças climáticas e o desenvolvimento de uma nova economia, sustentável e de baixo carbono, ainda não alcançou escala e projeção em todo o seu potencial, de modo a garantir o bem-estar social de nossa gente.

A elaboração do planejamento estratégico em sua fase inicial levou em consideração as características intrínsecas da região - seus pontos fortes e seus pontos críticos -, sem perder de vista as tendências e oportunidades apontadas pelo mercado global.



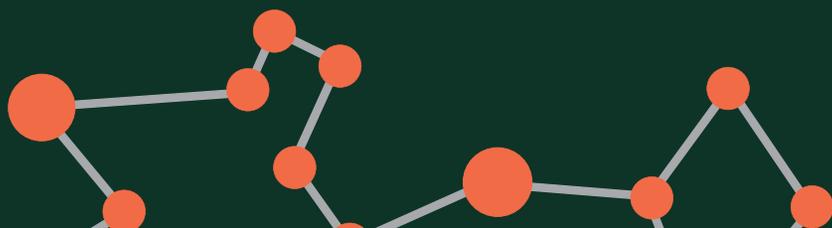
Nós governadores dos estados amazônicos entendemos que problemas complexos não se solucionam com intervenções isoladas. O impulso mobilizador expresso neste documento traz junto um elevado grau de responsabilidade pública entre as partes, o que, certamente, irá exigir de todos nós muita persistência, compromisso e a colaboração indispensável dos parceiros.

Na segunda fase deste planejamento, os trabalhos prosseguem, entre os meses de agosto e outubro, focados na construção do caderno de indicadores e definição de metas, quando também serão mensurados os impactos efetivos da estratégia proposta, o que se dará em paralelo ao início da elaboração dos projetos já priorizados, bem como da execução de iniciativas que se encontram em curso.

Dessa maneira, o consórcio, com foco em construir e executar políticas públicas customizadas para a nossa região, atuando de forma cooperativa e colaborativa, respeitando a individualidade de cada estado, mas imbuídos de esforço e visão sistêmica, estamos prontos para enfrentar e superar os desafios impostos, agora mais unidos e fortalecidos, pois juntos somos mais fortes.

Antônio Waldez Góes da Silva
Presidente
Consórcio Amazônia Legal

1



CONTEXTUALIZAÇÃO

A decisão dos governadores dos nove estados amazônicos pela criação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal foi tomada durante o 13º Fórum de Governadores, realizado em janeiro de 2017, na cidade de Macapá/AP, dois anos após a primeira manifestação pública do interesse na associação entre os estados, já anunciada durante o 12º Fórum de Governadores em Belém/PA, no ano de 2015.

Naquela ocasião, a pauta propositiva era a de retomada do crescimento econômico, reforma tributária, atração de investimentos, acesso ao crédito e fortalecimento da economia de baixo carbono. A partir de 2017, o Fórum concentrou a agenda em torno das políticas de mudanças climáticas, dos avanços de projetos voltados ao mercado de carbono, da regulamentação do artigo 41 da Lei 12.651/2012 e dos desafios da área de segurança pública na região.

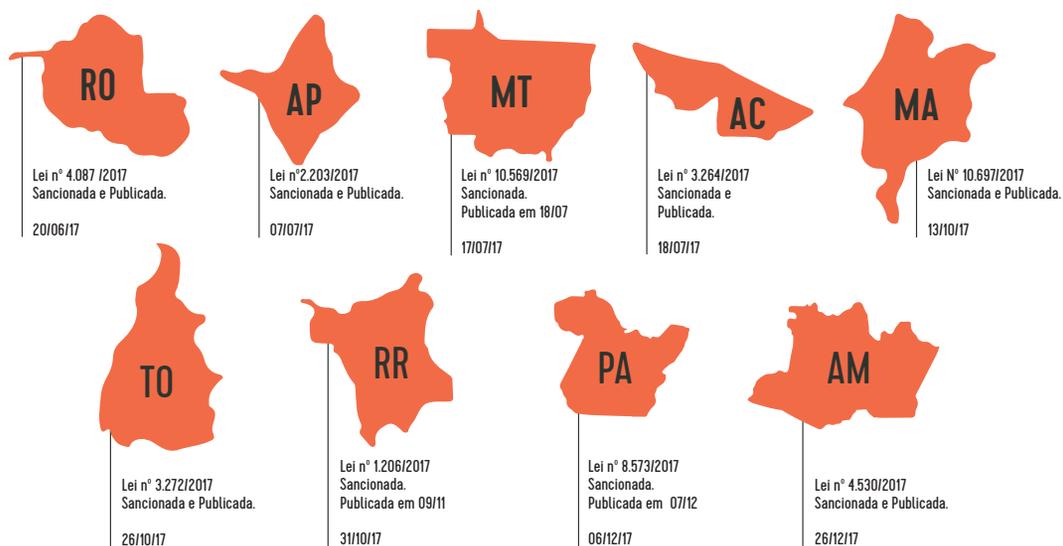
Em maio daquele ano, os governadores assinaram o Protocolo de Intenções, primeiro documento oficial para a criação do Consórcio Amazônia Legal, por ocasião do 14º Fórum, realizado na cidade de Porto Velho – RO. Em 2017 foram ainda realizadas outras duas edições do Fórum, sendo o 15º em Cuiabá e o 16º em Rio Branco, em agosto e outubro, respectivamente.

A iniciativa de criação do Consórcio foi tomada como estratégia para impulsionar o desenvolvimento sustentável dos estados membros e ampliar os fatores de competitividade e sustentabilidade da região, por meio da implementação de uma agenda comum de programas e projetos prioritários, considerando o potencial de sua economia, de seus recursos ambientais, logística, população e os desafios e as oportunidades, que também são comuns.

A partir do 14º Fórum, em Porto Velho-RO, ficou estabelecida a participação permanente de representantes designados pelos governadores para conduzirem os processos necessários à instalação do Consórcio. A medida visou assegurar a evolução das ações planejadas, evitando a descontinuidade de esforços.

O Protocolo de Intenções deu origem a Projetos de Leis que foram submetidos às Assembleias Legislativas dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O trabalho coordenado dos governadores e os esforços das equipes estaduais foram fundamentais para a celeridade do processo de ratificação junto às Assembleias. Entre junho e dezembro de 2017, todos os nove estados já haviam sancionado e publicado suas leis, conforme quadro 1.

QUADRO 1 – Leis estaduais que ratificam a criação do Consórcio da Amazônia Legal, 2017



Fonte: Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, relatório interno, Fev/2019.

1.1 ESTRUTURA E FINALIDADES DO CONSÓRCIO

O Consórcio Interestadual da Amazônia Legal é uma autarquia, modalidade associação pública, com autonomia para captar recursos, promover investimentos e executar projetos de interesse comum aos nove estados da Amazônia brasileira. E, como tal, integrará a administração indireta de todos os estados membros. Tem foro no Distrito Federal e seu escritório central funciona em Brasília, com núcleos administrativos nos estados associados.

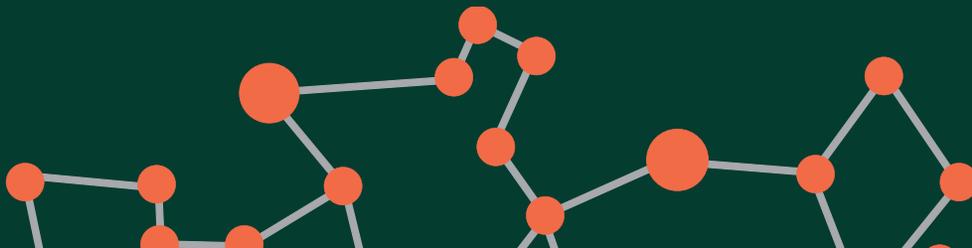
Sua estrutura de funcionamento consiste em Assembleia Geral, instância de deliberação; Conselho de Administração, integrado por secretários ou técnicos indicados pelos governadores; Secretaria Executiva e Câmaras Setoriais, para condução de trabalhos técnicos em áreas programáticas específicas.

A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é composta pelos governadores dos estados associados, sendo presidida atualmente pelo governador do Estado do Amapá, Antônio Waldez Góes da Silva, em mandato de um ano, podendo ser reconduzido por igual período.

Entre as finalidades do Consórcio, expressas no artigo 7º do Protocolo de Intenções, estão as seguintes: o desenvolvimento econômico e social da Amazônia Legal, de maneira harmônica e sustentável; o compartilhamento de instrumentos, ferramentas, estudos, projetos e processos inovadores de gestão pública e de ciência e tecnologia, entre os estados membros; a criação e o fortalecimento de políticas de estímulo à produção e produtividade rural; o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e logística, com vistas à integração da região e inserção nacional e internacional; a integração de políticas e iniciativas na área de segurança pública, com ênfase nas regiões de fronteira e em áreas de conflitos agrários; a definição de iniciativas comuns para a melhoria do sistema prisional da região; a atuação na captação de investimentos e ampliação das fontes de recursos voltadas ao fomento e desenvolvimento da Amazônia e conservação de sua biodiversidade, florestas e clima; o desenvolvimento de projetos voltados a uma economia de baixo carbono; o estabelecimento de uma relação cooperativa nas diversas áreas da gestão pública, bem como o incentivo a parcerias público-privadas.

2

METODOLOGIA



Descobrir os fatores críticos em uma dada situação e conceber um meio de coordenar e focar as ações para lidar com esses fatores é o núcleo central de trabalho da estratégia (Rumelt, 2011)¹. Este pressuposto associado às demandas por um Estado mais eficiente, mais democrático e efetivo nas suas ações são razões suficientes para adotar o planejamento estratégico como passo imprescindível para transpor desafios e promover mudanças na sociedade. Promover gestão e adotar modelos, ferramentas e instrumentos para a implementação de iniciativas estratégicas são hoje exigências básicas para as instituições públicas (ENAP, 2014)².

Peter Drucker, importante referência em Administração, considera que o planejamento envolve essencialmente tomadas de decisões presentes, pensando no que se quer alcançar no futuro. Para Richard Humelt “a responsabilidade mais importante de um líder é identificar os maiores desafios para o avanço e desenvolver uma abordagem coerente para superá-los”.

Sendo dinâmica a realidade, o planejamento também deve ser flexível para que os diferentes atores envolvidos possam atuar de maneira constante, com o máximo engajamento, de modo que seja possível não somente enfrentar os desafios, mas reconhecer as oportunidades que surgem na dinâmica da região amazônica e no ambiente interno das instituições que a integram e representam.

Para a realização deste planejamento foram considerados, além dos conceitos oriundos de autores referência, o uso do Balance Score Card como metodologia de construção dos norteadores estratégicos e desdobramento da carteira de projetos. Também foram aplicados métodos recomendados pela Escola Nacional de Administração Pública, em suas publicações de referência, bem

1 RUMELT, Richard P. - Estratégia Boa, Estratégia Ruim: descubra suas diferenças e importância, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

2 ENAP: Gestão da Estratégia com uso do BSC - Módulos 1, 2 3 e 4. Brasília, 2014. <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1144>

como recomendações de especialistas da Fundação Dom Cabral, especialmente, no que diz respeito aos processos necessários à implementação da estratégia.

Para esta fase do planejamento estratégico foi realizada oficina durante os dias 13 a 17 de maio de 2019, em Brasília/DF, contando com a participação de representantes do Conselho de Administração do Consórcio, da Câmara de Planejamento e Gestão Estratégica, da Câmara de Meio Ambiente, bem como de técnicos focais de cada Estado membro que, juntos, promoveram discussões em trabalhos de grupo e plenárias.

A construção do planejamento partiu de uma análise de ambiente, por meio da qual os participantes puderam avaliar os contextos interno e externo para identificar oportunidades, ameaças, forças e fraquezas capazes de influenciar a trajetória do Consórcio, traduzidas em desafios e oportunidades.

Para subsidiar a análise, os representantes dos estados participaram de mesa redonda com especialistas, os quais fizeram uma contextualização da realidade amazônica, abordando assuntos relacionados aos investimentos na região, o agronegócio, indústria, sistema de infraestrutura, meio ambiente, demografia e sociedade.

Com um olhar nas condições de partida e um outro nas possibilidades futuras, os participantes foram orientados a projetar objetivos estratégicos e iniciativas, a fim de contribuir para a construção de uma realidade distinta da atual.

Os processos de reflexão, assentados sobre metodologia sistematizada, permitiram construir os norteadores estratégicos do planejamento, que consistiu em definir a missão e visão do Consórcio, os eixos direcionadores do desenvolvimento e os objetivos estratégicos, por meio dos quais os esforços serão mobilizados e as metas traçadas.

Ao final do processo, foi estruturada a Carteira de Projetos Prioritários, um conjunto de iniciativas que, implementadas, em escalas de curto, médio e longo prazos, buscam gerar impactos relevantes para a sociedade amazônica, ao longo do horizonte de 11 anos, configurando o primeiro passo para posterior desdobramento da estratégia no nível tático e operacional. Na definição dos norteadores e iniciativas, foram também considerados documentos, atas e cartas de fóruns anteriores, com inserção de proposições em áreas programáticas específicas, resultado dos trabalhos das câmaras setoriais.

O desdobramento da estratégia acontece no processo de implementação dos projetos e definição da estrutura de governança do Consórcio, quando se faz a apuração das metas, a definição dos processos de trabalho, incluindo as ferramentas, instrumentos e métodos para o melhor desempenho da instituição, não somente no gerenciamento do seu portfólio mas, especialmente, na manutenção da diretriz política orientada para superação de obstáculos.

O trabalho nos cinco dias de oficina resultou na construção de matrizes que reúnem o conjunto das variáveis trabalhadas, nesta primeira fase do processo de planejamento estratégico, com breve descrição dos projetos. Após a oficina, as equipes dos nove estados membros do Consórcio promoveram análise das proposições, buscando a consistência necessária para alcançar um produto robusto e factível.

Nesta fase, foram realizadas pesquisa e elaboração de textos, avaliação das principais ações sustentadoras dos projetos e apuração de prazos. Na 2ª fase deste planejamento, será definido o conjunto de indicadores e metas, quando também serão mensurados os impactos efetivos da estratégia proposta, o que se dará em paralelo ao início da elaboração dos projetos, entre os meses de agosto e outubro. A partir do capítulo seguinte, os resultados da 1ª fase deste trabalho participativo são apresentados.



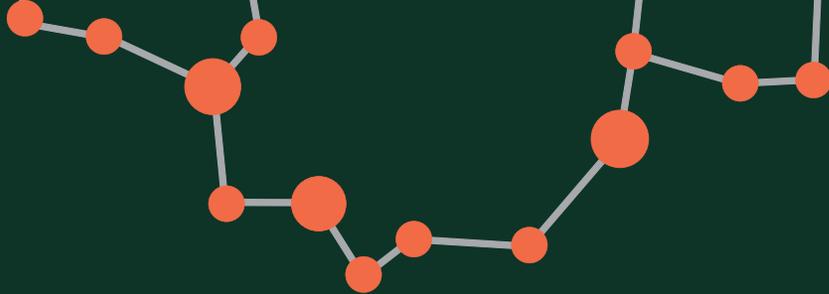


foto Marcos Vicentt



3

**ANÁLISE
DO AMBIENTE**



O planejamento estratégico do Consórcio da Amazônia Legal levou em consideração as peculiaridades do território e, para tanto, partiu-se da análise e reflexão dos temas apresentados na oficina de planejamento, em adição à pesquisa bibliográfica e documental, para a elaboração da caracterização geral e sintética da região, elencando características naturais, econômicas, institucionais, sociais, de infraestrutura, entre outras, com o objetivo de fornecer contextualização essencial para a compreensão dos desafios a serem superados e das oportunidades a serem viabilizadas pela atuação consorciada dos nove Estados que compõem a região.

A Amazônia Legal é a delimitação geográfica que compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Seu território tem área aproximada de 5,1 milhões de km pertencentes à Bacia Amazônica, sendo área de ocorrência da vegetação amazônica, além de conter 20% do bioma cerrado e abriga 67% das florestas tropicais do mundo.

A economia da Amazônia Legal contribui com 9% da formação do PIB do Brasil, distribuídas em diversas atividades, desenvolvidas de maneira heterogênea nos estados que integram a região, entre as quais merecem destaque a agricultura, a pecuária e a indústria. Nos últimos três anos, a economia da Região Norte teve um crescimento considerável.

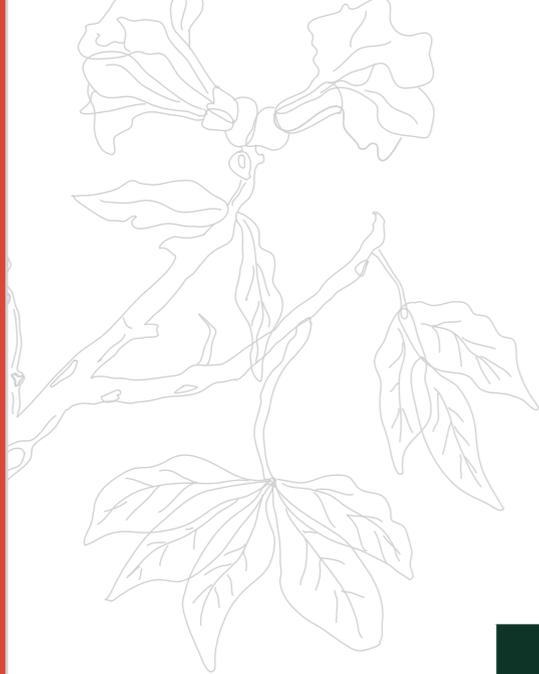
Em 2017, o PIB da região norte teve um crescimento oito vezes maior que o nacional, comparado ao crescimento chinês. Ou seja, enquanto o Brasil alcançou 1% de crescimento de seu PIB, a região Norte teve um avanço de 8,23% (Portal Governo do Brasil, 2018). Parte desse crescimento deu-se pelo desenvolvimento da indústria no Amazonas, que apresentou números bastante expressivos. Dados do IBGE de 2018 demonstram que, apesar do país ter fechado o ano com um crescimento acumulado de 1,1% em relação ao ano anterior, o PIB dos estados da Amazônia Legal subiu 2,3%, influenciado sobretudo pelo Pará, se beneficiando da indústria extrativa, e pelo Amazonas, com crescimento atribuído a alguns setores da Zona Franca de Manaus.

A Amazônia tem como principal característica o fato de ser a região com maior biodiversidade natural do país. No entanto, o seu desenvolvimento econômico em torno de atividades relacionadas à floresta ainda não alcançou escala e projeção potencial.

A região vem se destacando pelo crescimento do agronegócio, sobretudo nos estados do Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins. De acordo com os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola realizado pelo IBGE e publicado em Maio de 2019, considerando a Safra de 2018, o principal item produzido na Amazônia Legal é a soja, com 34% de toda a produção nacional, a qual se concentra principalmente no Estado do Mato Grosso, com 80% da produção da Amazônia Legal.

O Censo Agropecuário 2017 realizado pelo IBGE registrou crescimento na produção agropecuária na região no período intercensitário, inclusive acima do crescimento registrado no restante do país. O rebanho bovino na Amazônia cresceu 16,7%, enquanto no Brasil o crescimento foi de 4,4% e a área plantada com pastagem teve aumento de 19,4% na região e de 9,1% no país. Ademais, a área plantada de Soja teve acréscimo de 59,3% na Amazônia, com destaque para o estado do Pará, cujo crescimento da área plantada foi registrado em 369,3%, passando de 72.335 ha para 339.451 ha.





Quanto à pecuária, observa-se que 40% do rebanho nacional de bovinos está na Amazônia legal (Tabela 1), que é desenvolvida com um grau maior de homogeneidade no território, geralmente de maneira extensiva e com baixíssima densidade de cabeças de gado por hectare, cuja média registrada nos estabelecimentos agropecuários foi de 1,1 cabeças/ha. Merece destaque também a diversidade do rebanho criado na região, que concentra 74% do rebanho bubalino nacional, concentrado especialmente no estado do Pará que detém 50% do rebanho (Tabela 1).

TABELA 1 Produção pecuária nos estados da Amazônia Legal em 2017

Ano 2017												
Unidade da federação	Tipo de Rebanho											
	Bovino		Bubalino		Suino - total		Caprino		Ovino		Galináceos - total	
Rondônia	14,091,378	16%	6,740	1%	221,132	4%	13,382	2%	101,858	8%	4,987,777	4%
Acre	2,858,419	3%	3,337	0%	142,293	3%	11,679	2%	88,957	7%	2,661,715	2%
Amazonas	1,343,574	2%	78,300	8%	77,365	1%	15,210	3%	41,016	3%	3,915,586	3%
Roraima	787,318	1%	450	0%	77,599	1%	10,827	2%	29,029	2%	666,667	1%
Pará	20,585,367	24%	513,406	50%	720,365	14%	83,234	15%	252,514	19%	23,578,426	20%
Amapá	66,921	0%	302,834	30%	31,012	1%	2,279	0%	3,048	0%	70,668	0%
Tocantins	8,738,477	10%	6,059	1%	311,667	6%	27,986	5%	139,829	10%	8,920,806	8%
Maranhão	7,687,695	9%	92,423	9%	1,070,188	21%	356,302	65%	276,795	21%	11,434,714	10%
Mato grosso	29,725,378	35%	15,031	1%	2,559,616	49%	29,917	5%	399,163	30%	59,688,419	51%
Amazônia legal	85,884,527	40%	1,018,620	74%	5,211,237	13%	550,816	6%	1,332,209	7%	115,924,778	8%
Brasil	214,899,796	100%	1,381,395	100%	41,099,460	100%	9,952,079	100%	17,976,367	100%	1,425,699,944	100%

Apesar da Amazônia Legal possuir um baixo índice de industrialização, contribuindo apenas com 21,1% no PIB da região, há uma intensa atividade industrial nos Estados do Pará e Amazonas. Esse último destaca-se pela presença do Pólo Industrial de Manaus, que abriga cerca de 500 indústrias de distintos segmentos (eletrônicos, veículos, alimentos, entre outros) e contribui para a geração de empregos.

A Zona Franca de Manaus foi criada para estimular a industrialização da região norte e reduzir as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões e hoje a economia regional se beneficia dos impactos positivos gerados, seja na criação de empregos, na fabricação e na comercialização de vários produtos.

Há ainda alto potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas como a produção de fármacos e cosméticos, aproveitando a grande biodiversidade da Amazônia, necessitando para isso avanço significativo em pesquisa e inovação voltadas ao desenvolvimento da bioeconomia. Entre os anos de 2006 e 2016, a indústria apresentou queda em todos os estados da região. No entanto, o Amapá registrou uma taxa de crescimento de 3,8% nesse período.

Outra atividade econômica típica da região é o extrativismo vegetal, que permite a comercialização de produtos únicos e com alto potencial de mercado. Todo o Açaí e a Castanha do Brasil produzidos no país são provenientes da Amazônia Legal. Entretanto, observa-se que os produtos do extrativismo têm baixo valor agregado, revelando a necessidade de implementação de alternativas para beneficiamento e industrialização dos produtos nativos.

3.1 Elevado Potencial para uma Economia de Baixo Carbono

A região abriga a maior floresta tropical do mundo, bioma estratégico para a conservação da biodiversidade, o combate aos impactos das mudanças climáticas e o desenvolvimento de uma nova economia, sustentável e de baixo carbono.

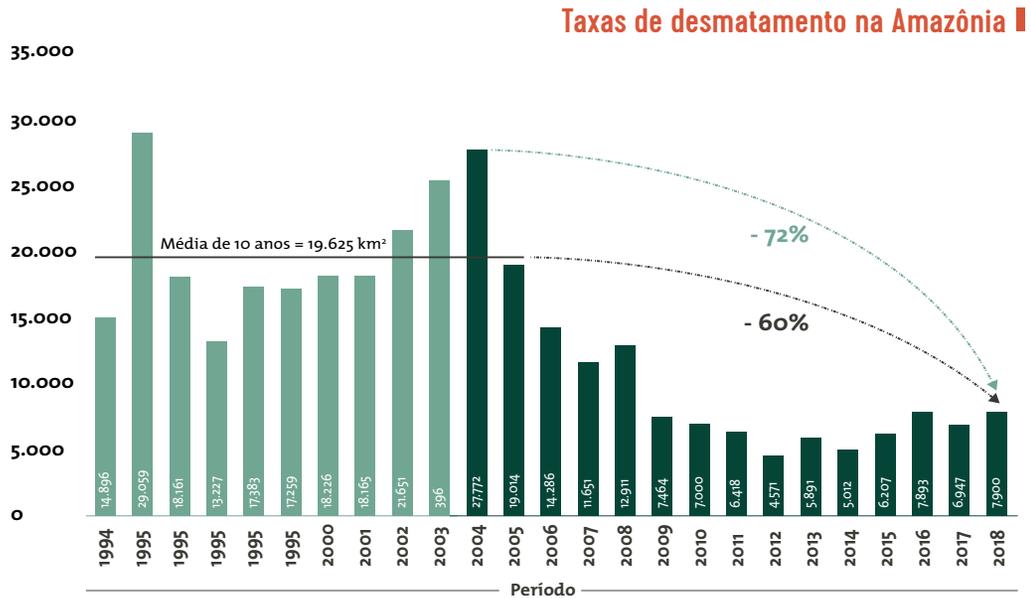
A elaboração de planos e modelos de desenvolvimento para a Amazônia Legal deve considerar, além das características intrínsecas da região, as tendências e oportunidades apontadas pelo mercado global. Segundo a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, o sucesso de estratégias para o agronegócio na Amazônia legal depende de seu alinhamento aos anseios e tendências da nova sociedade de consumo e suas exigências não apenas por bens de qualidade, mas que sejam produzidos por meio de arranjos transparentes e sustentáveis, os quais permitam, inclusive a sua rastreabilidade.

Atualmente, há cerca de 85% de vegetação nativa remanescente na cobertura do solo do bioma Amazônia. No bioma cerrado, a perda já atinge mais de 51%. Dados do PRODES, de 1994 demonstram que após 2004 houve grande redução das taxas de desmatamento na Amazônia, devido a aplicação de importantes políticas de combate ao desmatamento e às mudanças climáticas, como a Política Nacional de Meio Ambiente, Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia e do Cerrado (PPCDAm e PPCerrado), Código Florestal e Cadastro Ambiental Rural, entre outras. Porém, nos últimos 5 anos, essas taxas têm demonstrado leve acréscimo na evolução do desmatamento, colocando em alerta a necessidade de reforço às políticas, programas e projetos de redução (Gráfico 1).

foto Jorge Macedo



Gráfico 1 Evolução das taxas de desmatamento na Amazônia.

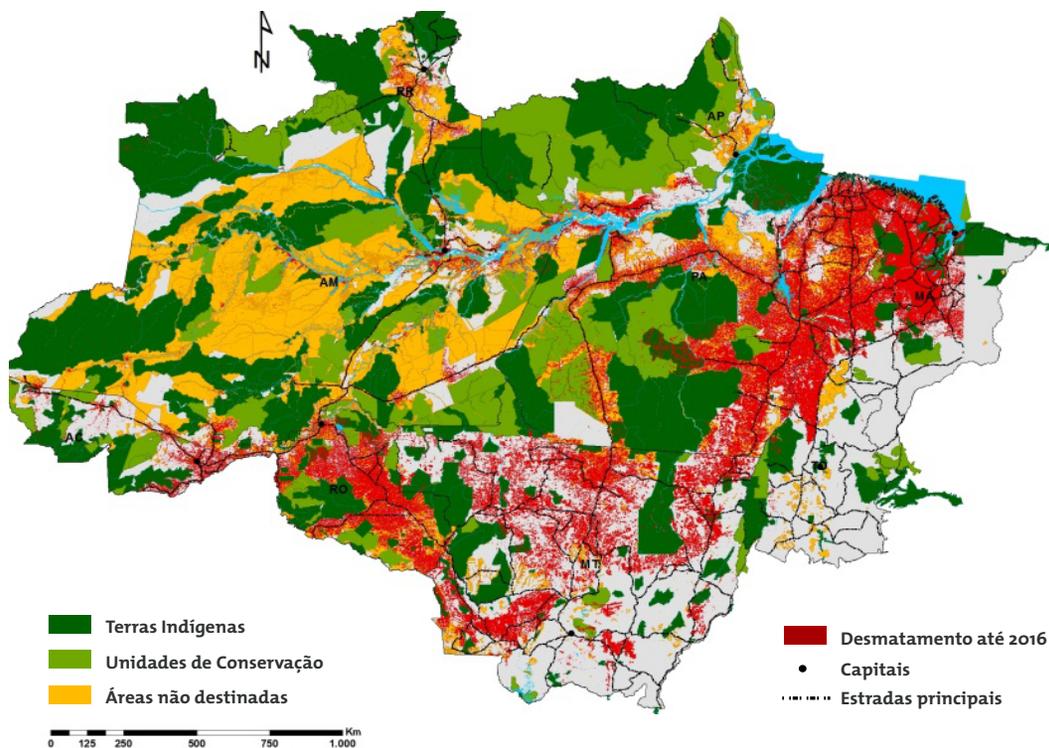


Fonte: INPE/PRODES organizado por MMA, 2018.

A Amazônia Legal possui uma área considerável de florestas não destinadas que merecem atenção dos governos federal e estaduais no processo de regularização fundiária, conforme se observa no mapa (figura 1). Ao todo, quase 70 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas precisam ser regularizadas na Amazônia Legal, áreas que respondem por, aproximadamente, 25% do total do desmatamento anual³.

³ Ramos C, Moutinho P. No man's land in the Brazilian Amazon: Could undesigned public forests slow Amazon deforestation? Land use policy. Elsevier; 2018;73:125-7.

FIGURA 1 Mapa de áreas federal e estaduais não destinadas.



Fonte: IPAM, 2018.

Além destas significativas áreas de florestas públicas não destinadas na Amazônia Legal, outros 64 milhões de hectares aguardam para ser regularizados, anteriormente via Programa Terra Legal criado em 2009, mas atualmente suspenso aguardando novas diretrizes da Secretaria de Assuntos Estratégicos, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Amazônia Legal é composta por 112 milhões de hectares protegidos em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, o que totaliza cerca de 51% do território amazônico. Habitam nestas áreas protegidas e em outras, populações tradicionais, formadas por indígenas, pescadores, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e quebradores de coco babaçu, sendo a proteção dos territórios tradicionais de fundamental importância para a conservação da biodiversidade.

3.2 População já alcança 28 milhões de habitantes

Apesar de corresponder a cerca de 59% do território nacional, a Amazônia Legal contribui apenas com aproximadamente 9% do PIB brasileiro, tem baixa densidade demográfica, com taxa de 4,86 habitantes por km, enquanto a média nacional é de 22,4. A população residente na região é estimada em 28 milhões de pessoas, em 2018, ou seja, 14% da população do país, sendo 68,9% residentes na área urbana e 31,1% na área rural⁴.

Ao analisar a população da Amazônia Legal sob a perspectiva socioeconômica, considerando as diversas variáveis que interferem diretamente na condição de vida, tomando por base dois índices de desenvolvimento amplamente reconhecidos, a saber o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e o Índice de Progresso Social (IPS)⁵, nota-se que, apesar da ampla oferta de recursos naturais, a Amazônia Legal apresenta desenvolvimento socioeconômico abaixo daqueles verificados no restante do País. Observa-se que o acesso à educação superior e às condições de água e saneamento apresentam desempenho baixíssimo em comparação com o território nacional.

O perfil social e econômico da região demonstra a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para desenvolvimento regional, especialmente com o fim de ampliar o IDEB da região, garantir avanços na qualidade da educação bem como elevar o grau de desenvolvimento humano e formação de capacidades da região amazônica.

⁴ Dados IBGE, 2019.

⁵ Fonte IMAZON, 2019. Tabelas em Anexo



A faixa de fronteira dos estados da Amazônia Legal é marcada pela forte presença de populações indígenas, baixa densidade demográfica, com áreas urbanas muito espalhadas, pouca presença do Estado, baixo nível de infraestrutura econômica, alto índice de vulnerabilidade e extrema pobreza das populações ali residentes. Com um território pouco demarcado, coberto por floresta, com vários pontos de fronteira por rios que garante acesso ao território por via fluvial, o controle na região é extremamente dificultado por tais características, impondo um grau elevado de complexidade na formulação e implementação de políticas públicas, bem como do planejamento e da gestão das regiões de fronteira.

Segundo levantamentos realizados pelo IPEA, entre as principais demandas na área da segurança, pode-se citar o combate à criminalidade transnacional e o crime organizado – o tráfico de pessoas, fortemente influenciado pela condição de vulnerabilidade da população; o tráfico de drogas, especialmente de cocaína pela proximidade com os maiores produtores do mundo; tráfico de armas e munições, especialmente oriundas da Colômbia, Bolívia e Suriname; e o fluxo de recursos ilícitos.

Além dos conflitos nas regiões de fronteira, o intenso fluxo migratório aumentou a demanda por serviços públicos essenciais, especialmente atendimento em saúde e assistência, impondo aos estados da região a criação de soluções integradas para tais problemas.



3.3 Demanda por um Sistema de Infraestrutura Multimodal

A Amazônia possui um sistema de transportes com características próprias, sendo os modais hidroviário, rodoviário e aéreo os de maior destaque na região. O desenvolvimento econômico e social da Amazônia Legal depende, em boa medida, da criação de alternativas para integrar o território através da consolidação de planos e projetos logísticos de integração regional.

A rede de hidrovias da Amazônia é a maior do país e o transporte de cargas ocorre principalmente pelo meio rodofluvial. Assim, as mercadorias chegam por meio de balsas até os principais portos, localizados nos estados do Pará, Amapá, Amazonas e Rondônia, que compreendem o maior fluxo fluvial da região. De lá, seguem em carretas para o destino final.

O modal hidroviário é o mais utilizado, o que se justifica pelo seu menor custo e impactos ambientais e a grande navegabilidade dos rios amazônicos, somado com a precariedade das rodovias da região.

Nota-se que é fundamental a elaboração de um plano logístico integrado para a região, que permita o aproveitamento de seus diversos modais, especialmente o hidroviário, com fins de permitir a integração da região não apenas com o restante do país, mas também com os países andinos, via saída para o oceano pacífico.

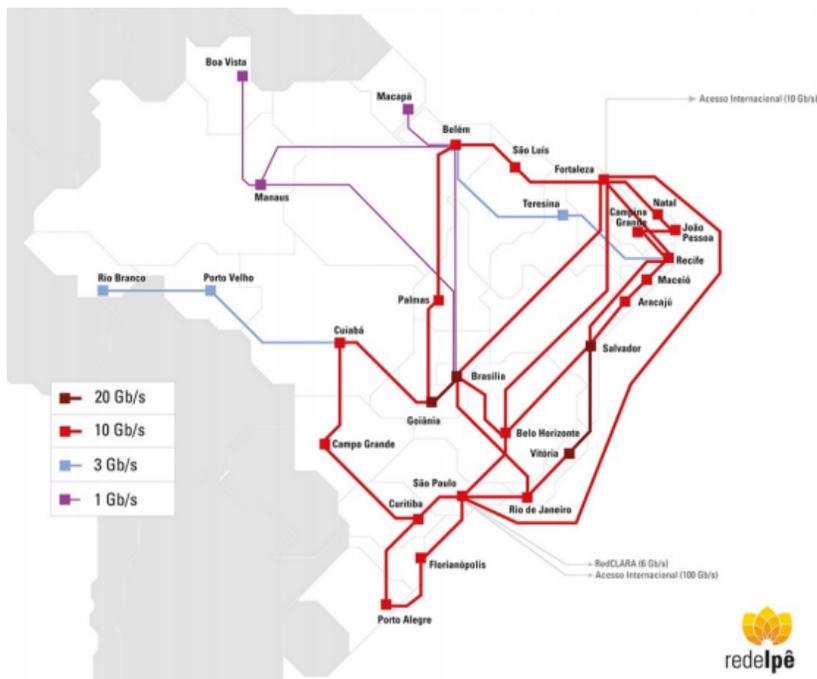
Em termos de infraestrutura e logística, o acesso à internet de qualidade é fundamental para a geração de inovações e de produtos com alto valor agregado. Apesar dos avanços, ainda no ano de 2018, observa-se que distribuição dessa infraestrutura está concentrada sobremaneira na porção litorânea do país, ainda que alguns estados da Amazônia Legal, como Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão já sejam atendidos com redes de capacidade mediana, de 10Gb/s. Ademais, no país somente os estados da Amazônia dispõem de conexões inferiores à 10Gb/s, sendo os estados de Roraima e Amapá os que detêm a pior infraestrutura de transporte de dados, com capacidade de apenas 1Gb/s, conforme se observa no mapa ao lado (Figura 2) :

FIGURA 2 Capacidade de transporte de dados.

Conexão em 2016

Capacidade agregada 347 Gb/s

Capacidade internacional 116Gb/s



Fonte: Rede Ipê 2018

Por fim, o ambiente da Amazônia Legal impõe muitos desafios para a atuação em Consórcio, seja pela extensão e heterogeneidade da região ou pelas condições de desigualdade e de isolamento. Entretanto, a riqueza de seus recursos naturais, a importância da preservação da floresta para a manutenção da vida na terra e as tendências globais favoráveis para o desenvolvimento de uma economia sustentável, social e economicamente, são oportunidades que poderão ser aproveitadas pela atuação do Consórcio.

3.4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A partir deste breve diagnóstico sobre o contexto Amazônico e suas características intrínsecas, foram priorizados desafios e oportunidades a serem abordados por este planejamento estratégico, buscando delinear o foco de atuação do Consórcio, desde uma visão sistêmica sobre o conjunto dos problemas que hoje representam obstáculos ao pleno desenvolvimento da Amazônia.

A análise do ambiente tentou não somente identificar pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, mas, para além, analisar as variáveis encontradas, em conjunto, buscando identificar possibilidades alternativas capazes de mobilizar os atores envolvidos para a ação concreta e efetiva.

Assim, de um elenco inicial de desafios e oportunidades identificados durante a oficina de planejamento, apurou-se um grupo menor de variáveis abaixo ilustradas que, ao fim, sinalizam que o ambiente amazônico pode ser visto em duas perspectivas: a que perpetua o status quo que hoje o caracteriza, onde alguns obstáculos persistem por décadas, a exemplo da ausência de solução concreta que viabilize o sistema de infraestrutura de transporte; e a que evidencia oportunidades ainda muito pouco aproveitadas que, a depender do tamanho do esforço aplicado, inevitavelmente, implicará em mudanças progressivas. A figura 3 ilustra que transformar desafios em oportunidades depende do posicionamento dos atores frente às condições que se apresentam.

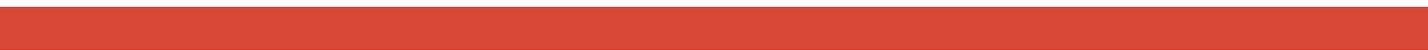
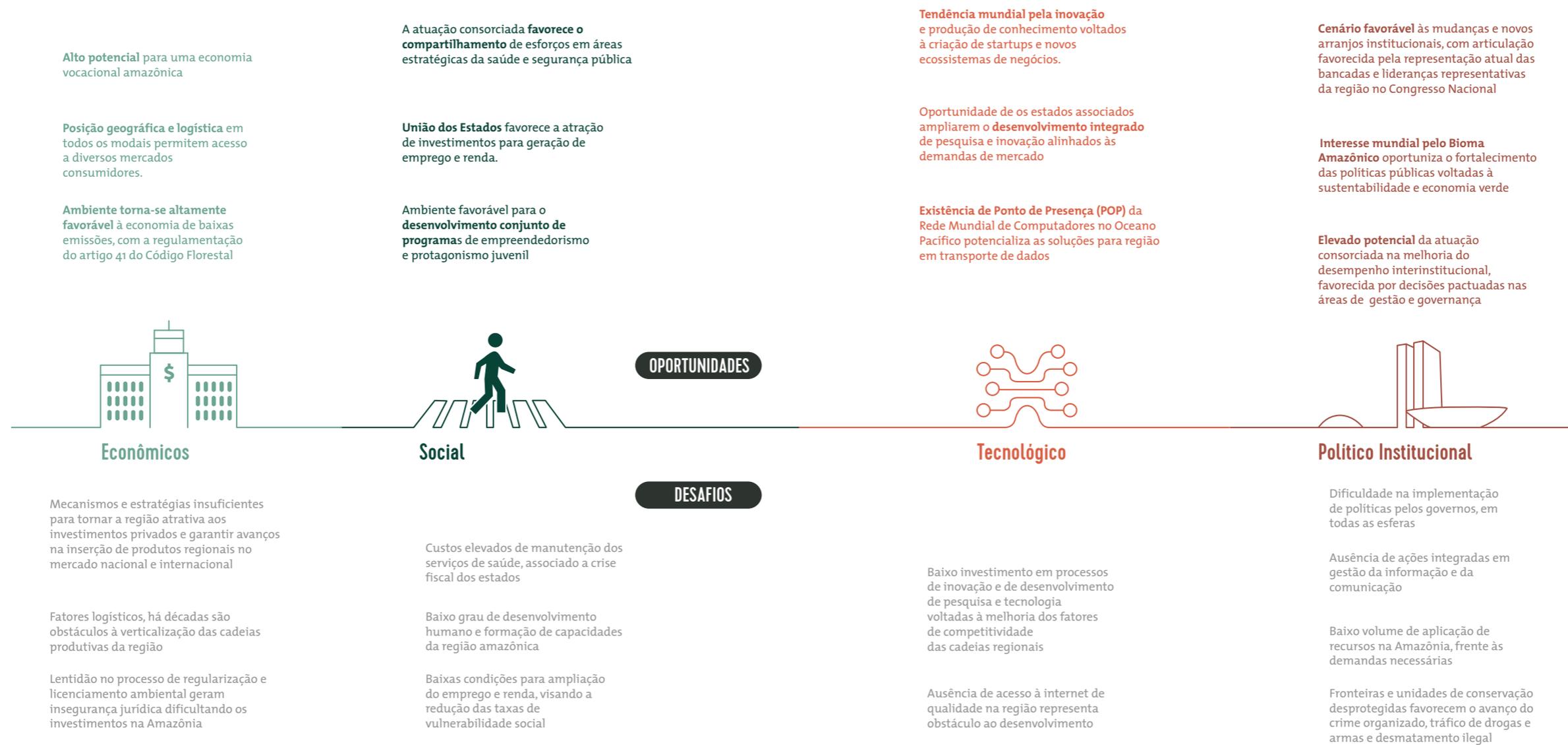


FIGURA 3 Desafios e Oportunidades priorizados para Planejamento Estratégico 2019-2030 do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal.



TRANSFORMANDO DESAFIOS EM OPORTUNIDADES

* adaptado do Infográfico "Encontrando Oportunidades nos Desafios" do Banco Mundial



4

**NORTEADORES
ESTRATÉGICOS**

4.1 ACELERANDO AS TRANSFORMAÇÕES

Construídos a partir da análise de ambiente, os norteadores estratégicos se constituem na estrutura que reflete as escolhas e decisões dos atores envolvidos na formulação do planejamento estratégico do Consórcio Amazônia Legal e que espelha a direção em que os esforços serão aplicados para se chegar a um futuro não apenas desejável, como possível. Orienta as ações coletivas, bem como de cada membro, em particular, buscando convergência na atuação, o alcance de metas e o impacto almejado na sociedade.

Considerando as forças e fraquezas internas, as oportunidades e as ameaças externas, as diretrizes fundamentais do Consórcio e as contribuições de seus membros, o ponto de partida consistiu na determinação da missão e visão que representam, juntas, a base referencial a partir da qual foram concebidos os demais norteadores da ação consorciada.

Tendo em vista que a missão reflete a finalidade da existência da instituição, os membros do Consórcio Amazônia Legal, a partir da compreensão de que a autarquia representa um novo arranjo de governança interinstitucional para a região, definiram sua missão com um propósito claro de não mais retardar as transformações necessárias, não abrindo mão dos princípios da cooperação e do valor da integração, como a seguir se expressa.

Missão

Acelerar o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, de forma integrada e cooperativa, considerando as oportunidades e os desafios regionais.

Visão

Ser referência global em articulação, estratégia e governança para transformar a Amazônia Legal em uma região competitiva, integrada e sustentável, até 2030.

A visão reflete onde o Consórcio pretende chegar, determinando a energia vital para a mobilização que inspirará as mudanças. Neste sentido, o futuro desejado pelo coletivo de membros do Consórcio foi definido como se apresenta no quadro anterior.

Para cumprir a missão e alcançar a visão futura, é necessário que os membros integrantes da instituição se apoiem em premissas e valores, que servem como guias para os comportamentos, atitudes e tomadas de decisão colegiadas. São pilares para o estabelecimento das relações e representam os princípios éticos que norteiam as ações das pessoas envolvidas na implementação dos objetivos pactuados.

A seguir, as afirmações expressam as posturas valorizadas pelo Consórcio e sobre as quais as decisões serão tomadas.

A atuação é sempre em bloco na defesa das pautas comuns e estratégicas para a Amazônia Legal

A tomada de decisões é feita de maneira transparente, em processos democráticos e representativos

A gestão é baseada na comunicação fluida, na articulação permanente e nos princípios da boa governança

Zela-se rigorosamente pela estratégia

Prioriza-se a atuação focada e persistente

Os maiores esforços são aplicados na superação de obstáculos

O empenho está concentrado em soluções duradouras e inovadoras

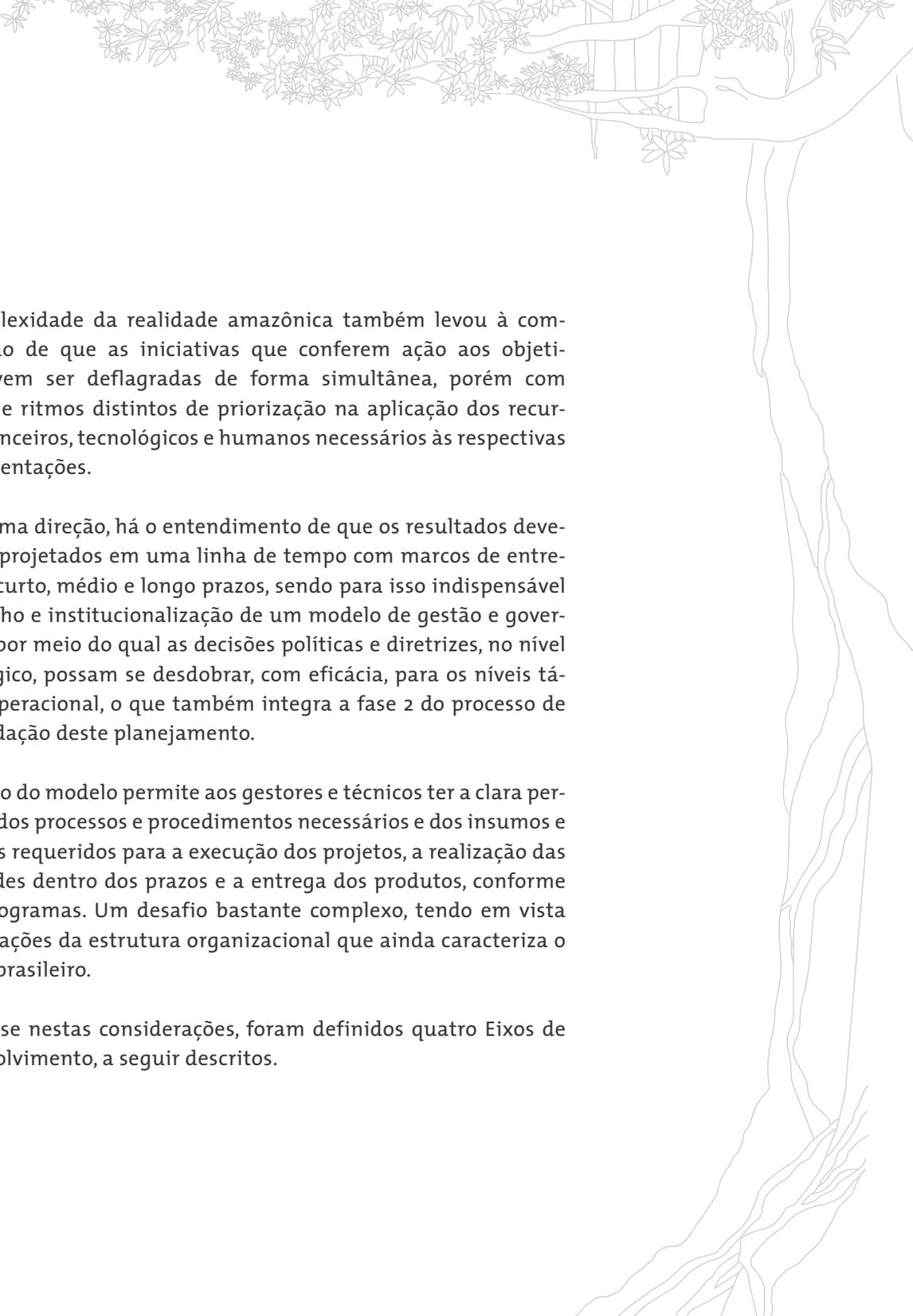
4.2 EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

Duas expressões contidas na missão do Consórcio refletem o ritmo e a forma com que os atores envolvidos se dispõem a cumprir a trajetória entre a Amazônia atual e a Amazônia que se pretende construir até 2030. Acelerar o desenvolvimento, contudo de forma integrada e cooperativa, demonstra a dimensão do desafio de manter os atores sempre focados em eficiência e convergência de interesses, dois pressupostos para alcançar, de um lado, resultados rápidos, sem perder a qualidade e, de outro, construir confiança, ampliando continuamente as adesões.

Eficiência e convergência, desde este ponto de vista, representam para o Consórcio elementos essenciais para a consecução dos seus objetivos e a sustentabilidade de suas iniciativas, ao longo do horizonte temporal planejado, dando impulso para que os processos e projetos se efetivem e as entregas se cumpram, dentro dos prazos estabelecidos.

Se a missão determina o ritmo e a forma, a visão de futuro, em outra perspectiva, evidencia o grau de esforço que deverá ser reunido e a intensidade do engajamento que será exigido dos estados e de seus atores para o alcance das metas. O impulso mobilizador expresso na visão traz junto um elevado grau de responsabilidade pública entre as partes, o que, certamente, irá exigir de todos dois atributos essenciais: persistência e compromisso.

Tendo estas reflexões como premissas, os representantes dos estados associados, reunidos na elaboração deste planejamento estratégico, compreenderam que seria necessário distribuir e balancear os esforços em quatro perspectivas, denominadas neste trabalho de Eixos de Desenvolvimento, por meio dos quais os resultados poderiam ser gerados, tendo os objetivos estratégicos como norteadores da ação, para os quais serão definidas metas que, juntas, sejam capazes de garantir os impactos esperados na transformação da Amazônia, tornando-a mais competitiva, integrada e sustentável no horizonte de 11 anos.



A complexidade da realidade amazônica também levou à compreensão de que as iniciativas que conferem ação aos objetivos devem ser deflagradas de forma simultânea, porém com escalas e ritmos distintos de priorização na aplicação dos recursos financeiros, tecnológicos e humanos necessários às respectivas implementações.

Na mesma direção, há o entendimento de que os resultados deverão ser projetados em uma linha de tempo com marcos de entrega no curto, médio e longo prazos, sendo para isso indispensável o desenho e institucionalização de um modelo de gestão e governança, por meio do qual as decisões políticas e diretrizes, no nível estratégico, possam se desdobrar, com eficácia, para os níveis tático e operacional, o que também integra a fase 2 do processo de consolidação deste planejamento.

A adoção do modelo permite aos gestores e técnicos ter a clara percepção dos processos e procedimentos necessários e dos insumos e recursos requeridos para a execução dos projetos, a realização das atividades dentro dos prazos e a entrega dos produtos, conforme os cronogramas. Um desafio bastante complexo, tendo em vista as limitações da estrutura organizacional que ainda caracteriza o Estado brasileiro.

Com base nestas considerações, foram definidos quatro Eixos de Desenvolvimento, a seguir descritos.

Economia Verde, Competitividade e Inovação

Considerando as riquezas que podem derivar dos vastos ativos ambientais que a Amazônia dispõe e da necessidade de fortalecer e verticalizar a produção, bem como agregar alto valor aos bens, produtos e serviços, este eixo orienta e circunscreve a atuação estratégica do Consórcio em três perspectivas: transformar os ativos ambientais em receita financeira; fortalecer as cadeias produtivas regionais; e promover pesquisa, conhecimento científico e inovação para o desenvolvimento sustentável e indução da biotecnologia. Visando ampliar a competitividade dos setores florestal, agropecuário, industrial e do turismo na região, a estratégia central é concentrar esforços na direção de uma economia amazônica de baixo carbono, com adoção de práticas sustentáveis em todos os setores econômicos e produtivos, potencializando progressivamente o uso e valoração dos ativos ambientais da região, como a maior das oportunidades para a definitiva inserção econômica da Amazônia nos mercados nacional e internacional.



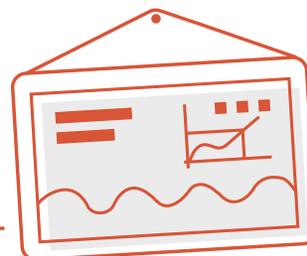
Integração Regional

O Eixo Integração Regional enfoca os processos de planejamento, estruturação e viabilização de infraestrutura e governança para três sistemas considerados estratégicos pelo Consórcio: o sistema de infraestrutura e logística de transporte nos modais rodovias, hidrovias e ferrovias; o sistema de transporte de dados via internet, por meio da expansão e integração da rede de backbones regionais à rede mundial de computadores; e, em terceiro, o sistema de infraestrutura energética e soluções em energia renovável. O propósito é fortalecer os fatores de competitividade da região, nestes três campos, contribuindo, de um lado, para a melhoria das condições de circulação de pessoas e mercadorias, com vistas a fortalecer o mercado regional e de exportações, em alinhamento com as salvaguardas sociais e ambientais e diretrizes do consórcio. De outro, busca-se induzir melhorias das redes de transporte de dados, visando a gestão, integração e disponibilidade de informações de qualidade para os planejamentos regionais e tomadas de decisão, bem como melhoria na oferta de serviços. A integração depende também de garantir a disponibilidade energética a todos os estados, a custo acessível.



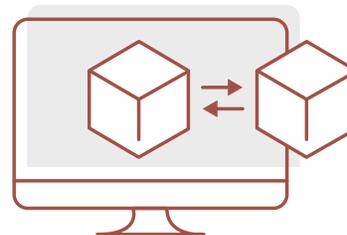
Governança Territorial e Ambiental

Governança Territorial e Ambiental representada neste eixo abrange estratégias para promoção do planejamento, ordenamento e gestão do território, modernização e melhoria de eficiência da gestão, das normas, procedimentos e processos ambientais, visando estabelecer segurança jurídica, territorial e ambiental adequadas para implantação de projetos, obras e atividades públicas e privadas. As iniciativas estratégicas abarcam projetos de regularização fundiária, melhoria dos processos de licenciamento ambiental, dinamização e avanços na regularização ambiental dos imóveis rurais, com vista a favorecer as condições necessárias para o fortalecimento das atividades econômicas dos setores agropecuário, industrial, mercados e comércio, assim como para garantir a integridade dos recursos naturais e dos ecossistemas. Neste eixo também está inserido o desenvolvimento de plataforma informatizada de armazenamento, integração, gerenciamento, atualização permanente, planejamento e disponibilização da base de dados e mapas do território amazônico.



Gestão, Governança e Serviços Públicos Prioritários

Este eixo engloba as estratégias para instrumentalizar o Consórcio e os estados consorciados para o gerenciamento de recursos, gestão eficientes dos projetos e dos serviços públicos priorizados, assim como para incrementação das competências dos gestores e agentes públicos e a melhoria da comunicação pública, como estratégia de atuação consorciada em torno de uma pauta comum e da valorização da região e de suas potencialidades. A modernização normativa e processual também faz parte do modelo de governança a ser implantado, com vistas a adequar e criar procedimentos e processos mais eficazes, efetivos, transparentes, cêleres, anticorrupção e antifraude, com a finalidade de otimizar recursos, reduzir burocracias, estabelecer conformidades e atender às demandas dos estados e dos usuários dos serviços públicos.



4.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos refletem os esforços comuns a serem empreendidos pelos estados membros do Consórcio e foram pensados e selecionados segundo três critérios. O primeiro é a delimitação da atuação consorciada, segundo as competências do Consórcio estabelecidas em lei, orientada para uma pauta que seja comum aos nove estados membros, não cabendo assumir responsabilidades que são exclusivas dos governos estaduais. Um exemplo é o foco bem delimitado para a atuação nas áreas de saúde, segurança e educação, cuja atribuição ampla compete aos estados, porém cabendo ao Consórcio a articulação, visando economicidade, integração e compartilhamento.

Um outro critério norteador da definição dos objetivos está relacionado à decisão estratégica de concentrar esforços onde estão os maiores atributos da atuação consorciada, ou seja, na articulação interinstitucional liderada pelos governadores, na maximização das oportunidades que a Amazônia oferece, na governança e gestão estratégicas, no poder ampliado para a captação de recursos, no compartilhamento de conhecimento e informações, na capacidade ampliada de mobilização da sociedade e no poder de transparência e engajamento que a comunicação pública de nove estados reunidos são capazes de promover.

Mais do que atributos, estas são estratégias orientadoras da direção na qual o Consórcio pretende se manter, focando ao máximo sua atuação, com vistas a contribuir de forma efetiva para avanços nas políticas públicas voltadas para a Amazônia que, há décadas espera – sem respostas suficientes – por uma integração regional que assegure a infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico sustentável, o fortalecimento de suas cadeias produtivas, a integração



das redes de transporte de dados que permitam acesso democrático à internet, a valorização dos ativos ambientais da maior floresta do planeta de tal forma que gere receita financeira e renda para seus produtores, agricultores e investidores, entre tantos outros desafios que ainda precisam ser vencidos e tantas oportunidades que não podem mais ser desperdiçadas.

Um terceiro critério também delimitou a construção dos objetivos estratégicos do Consórcio e está relacionado ao reconhecimento de que, diante de todos os desafios postos, não há como falar em transformação da Amazônia Legal olhando unicamente por uma perspectiva.

Apesar da importância conferida ao foco e a busca de efetividade nas ações, os governadores entendem que problemas complexos não se solucionam com intervenções isoladas e fragmentadas.

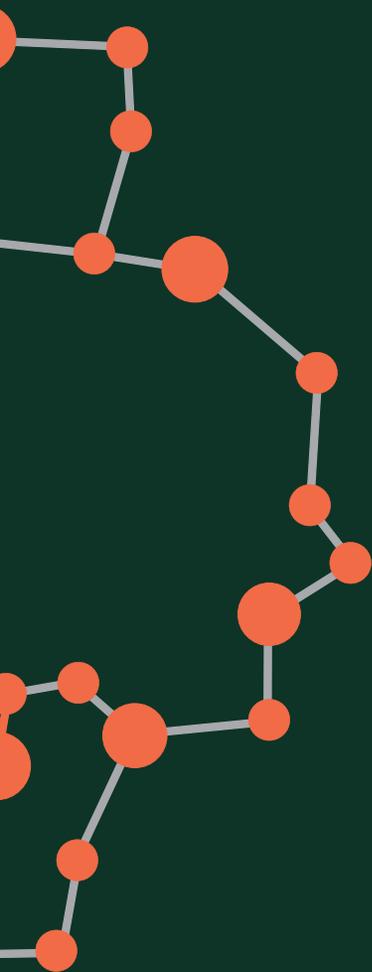
É preciso reconhecer a importância da deflagração simultânea de iniciativas articuladas por todos os estados em quatro eixos, de modo a conferir força e impulso suficientes para a alavancagem e evolução do processo de desenvolvimento econômico e sustentável da Amazônia Legal, evitando dispersão de esforços em iniciativas de baixa escala e aplicação de recursos em projetos isolados.

Embora, cada qual executadas dentro de horizonte temporais distintos, tais iniciativas que sustentam os objetivos foram pensadas respeitando duas premissas fundamentais: não é possível operar todas as mudanças necessárias somente no curto prazo, mas também não haverá qualquer entrega efetiva no médio e longo prazos se não houver ação e entregas eficazes imediatas; e não é possível adiar entregas que são possíveis efetuar no curto prazo e que, por vezes, são postergadas por absoluta falta de decisão política e mobilização das partes envolvidas.

Com base nestes pressupostos, foram estruturados para este planejamento 14 objetivos para os quatro eixos de desenvolvimento, conforme Mapa Estratégico a seguir apresentado.



MAPA ESTRATÉGICO



5

Visão

Ser referência global em articulação, estratégia e governança para transformar a Amazônia Legal em uma região competitiva, integrada e sustentável, até 2030.

Resultados Esperados

Economia Verde, Competitividade e Inovação

Transformar Ativos Ambientais em Receita Financeira e Renda

Fortalecer as Cadeias Produtivas Regionais

Promover Pesquisa, Conhecimento e Inovação para o Desenvolvimento e Indução da Biotecnologia

Economia verde amazônica ocupando papel de destaque no cenário nacional e internacional

Integração Regional

Articular Soluções e Mobilizar Recursos para a Integração Logística em Bases Sustentáveis

Ampliar e Integrar a Infraestrutura de Transporte de Dados

Desenvolver e Integrar Sistemas e Banco de Dados, fortalecendo a governança de TIC na Região

Promover a Integração Energética da Região em Bases Sustentáveis

Infraestrutura intermodal sustentável e sistemas energético e tecnológico integrados

Governança Territorial e Ambiental

Promover o Ordenamento e a Gestão Territorial na Amazônia

Realizar Melhorias na Gestão Ambiental para a Segurança Jurídica na Região

Compartilhar Dados e Informações Territoriais e Ambientais entre Órgãos Governamentais

Controle efetivo sobre o território e seus recursos naturais

Gestão, Governança Pública e Serviços Públicos Prioritários

Implantar Modelo de Governança para Captação de Recursos e Implementação da Estratégia

Formar Capacidades Envolvendo Instâncias e Setores Estratégicos dos Estados Associados

Promover a Comunicação Pública para o Fortalecimento da Atuação Consorciada

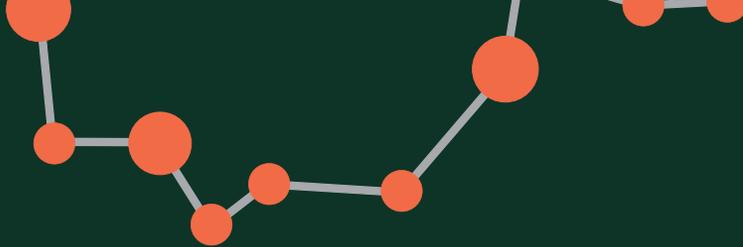
Estruturar e Promover Serviços Públicos Prioritários

Sistemas públicos, gestão e governança eficazes, confiáveis e transparentes

Missão

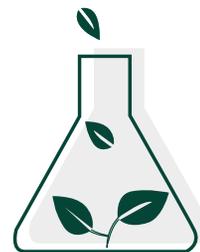
Acelerar o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, de forma integrada e cooperativa, considerando as oportunidades e os desafios regionais.

6



CARTEIRA DE PROJETOS PRIORITÁRIOS

Economia Verde, Competitividade e Inovação



OBJETIVO 01

Transformar Ativos Ambientais em Receita Financeira e Renda

Projetos prioritários	Descrição
<p>Estruturação de Mercado de Negócios e Serviços Ambientais da Amazônia Legal</p> <p>Principais Ações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Sistematização dos modelos replicáveis para mercado de carbono, REDD+, Green Bonds e Levantamento dos estoques CONAREDD e de investimentos verdes em cada estado (GreenBonds) 2 Implementação de Plano Integrado de Negócios para Ativos Ambientais, incluindo estratégia de Sustentabilidade Financeira para o Mercado de Ativos Ambientais 3 Desenvolvimento de Plataforma Amazônia Legal de Ativos Ambientais 4 Elaboração da Carteira de Projetos Sustentáveis 5 Estruturação de Plano de Ação para Missões de Negócios Sustentáveis, para Inserção da Amazônia Legal no Mercado Internacional de Carbono” 	<p>Objetivo Geral: A iniciativa pretende estabelecer as condições necessárias para viabilizar a transformação dos ativos ambientais em receita financeira junto ao mercado e permitir a integração das informações para o acompanhamento da evolução da oferta e da demanda, por meio de um sistema digital, em plataforma, utilizando ferramentas de alcance para que os estados consigam disseminar o potencial financeiro de seus ativos ambientais, junto ao setor privado, investidores e empresas preocupadas com a sustentabilidade de seus negócios, com alcance no mercado nacional e internacional, garantindo, assim, as condições necessárias para evolução dos projetos e atividades relacionadas aos ativos ambientais na região, por meio da carteira de projetos do Consórcio.</p> <p>Público alvo: Órgãos governamentais, não governamentais, de mercado, iniciativa privada, e organismos internacionais.</p> <p>Prazo: Curto, Médio e Longo</p>

OBJETIVO 02
Fortalecer as Cadeias Produtivas Regionais

Projetos prioritários	Descrição
<p>Reestruturação do Manejo Florestal Sustentável</p> <p><u>1</u> Realização de Diagnóstico do Manejo Florestal nos Nove Estados</p> <p><u>2</u> Implementação de Plano de Reestruturação do manejo florestal sustentável na Amazônia Legal, com estabelecimento de Soluções para a Reestruturação do Setor</p>	<p><u>Objetivo Geral:</u> A iniciativa irá fortalecer as atividades de manejo florestal sustentável para que possam ser integradas à economia verde do estado, por meio de um plano para melhorar a estruturação do manejo florestal dos estados de modo a viabilizar a entrada dos produtos oriundos do manejo florestal sustentável no mercado.</p> <p><u>Público alvo:</u> iniciativa privada, setor produtivo, órgãos governamentais e sociedade em geral</p> <p><u>Prazo:</u> médio e longo</p>
<p>Fortalecimento do Turismo na Amazônia Legal</p> <p><u>1</u> Implementação de Programa de Incentivo ao Turismo Sustentável na Amazônia Legal, com estratégia de comunicação associada</p>	<p><u>Objetivo Geral:</u> A iniciativa permite criar condições para que os estados possam se preparar para desenvolver iniciativas de turismo sustentável, de modo a incrementar a economia da Amazônia, ampliando as condições para o ecoturismo, através da elaboração e execução de um Programa de Incentivo ao Turismo Sustentável.</p> <p><u>Público Alvo:</u> Empresas de turismo, iniciativa privada, órgãos governamentais, mídia e imprensa</p> <p><u>Prazo:</u> Curto e médio</p>

Projetos prioritários	Descrição
<p>Incentivo e Promoção ao Agronegócio de Baixo Carbono</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 <u>Elaboração de Programa de Inovação & Sustentabilidade no Agronegócio</u> 2 <u>Disseminação de tecnologias para aumento da produtividade e restauração produtiva em larga escala , com modelos de intensificação da produção e sustentabilidade sistematizados e divulgados</u> 3 <u>Arranjo jurídico e institucional para estabelecimento da segurança de investimento no agronegócio</u> 4 <u>Estratégias de divulgação de experiências de produção sustentável na Amazônia Legal para o mercado externo</u> 	<p><u>Objetivo Geral:</u> Por meio desse programa de Agronegócio de Baixo Carbono pretende-se estimular, de maneira inovadora, uma agricultura com baixas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), com vistas a aumentar a produtividade e otimizar o uso dos recursos naturais, garantindo a adaptação da produção às alterações do clima.</p> <p><u>Público alvo:</u> Setor produtivo, iniciativa privada, mercado interno e externo.</p> <p><u>Prazo:</u> Curto e médio</p>
<p>Fortalecimento das Cadeias Produtivas da agricultura familiar e agroindustrialização</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 <u>Identificação de arranjos e mecanismos inovadores de assistência técnica produtiva, gerencial e de mercado (ATER´s)</u> 2 <u>Apoio à produção e regularidade em assentamentos rurais</u> 3 <u>Promoção de instrumentos diferenciados de crédito à agricultura familiar</u> 4 <u>Apoio à Expansão da rede de processamento, armazenamento e comercialização</u> 5 <u>Elaboração de estudos de viabilidade de mercado regionais, nacionais e internacionais para os produtos regionais da Amazônia e de estudos sobre usos da biodiversidade, novas cadeias produtivas e potenciais mercados</u> 6 <u>Criação e Execução de Plano de Negócios e Programa de Verticalização de cadeias produtivas da Agricultura Familiar</u> 	<p><u>Objetivo Geral:</u> Ampliar o mercado de produtos diferenciados oriundos de cadeias produtivas sustentáveis de maneira a incrementar a renda da agricultura familiar, fortalecer a produção através de agroindustrialização, com arranjos inovadores de ATER, acesso à crédito e verticalização da produção.</p> <p><u>Público alvo:</u> Agricultura familiar, assentamentos rurais, povos e comunidades tradicionais e indígenas e órgãos governamentais</p> <p><u>Prazo:</u> Médio e longo</p>

OBJETIVO 03

Promover Pesquisa, Conhecimento Científico e Inovação para o Desenvolvimento e Indução da Biotecnologia

Projetos prioritários	Descrição
<p>Rede Regional de Instituições de Ciência e Tecnologia para a Geração e Difusão de Conhecimento Aplicada ao Desenvolvimento Sustentável</p> <p><u>1</u> Realização de diagnóstico da Estrutura e Produção Científica e Tecnológica voltada ao desenvolvimento regional, com criação de um banco de dados da produção científica e tecnológica</p> <p><u>2</u> Promoção de mecanismos de integração e difusão do conhecimento produzido pelos Institutos de Ciência e Tecnologia da região, estimulando a geração de conhecimento de forma orientada às políticas públicas e a demanda de mercado</p> <p><u>3</u> Realização de Fórum Anual de Ciência, Tecnologia e Inovação e Participação em feiras de ciência e tecnologia</p> <p><u>4</u> Publicação de Cadernos de Inovação em Desenvolvimento Sustentável</p>	<p><u>Objetivo:</u> Criação de rede regional de instituições de Ciência e Tecnologia como mecanismo de integração e difusão de conhecimento, a fim de orientar para a inovação em biotecnologia, atendendo às demandas das políticas públicas e à demanda de mercado.</p> <p><u>Público alvo:</u> Instituições de pesquisa, órgãos governamentais, iniciativa privada</p> <p><u>Prazo:</u> Curto e médio</p>

Desenvolvimento de Territórios de Inovação – Pesquisa Aplicada em Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável

1 Estabelecimento de parcerias com instituições de pesquisa e iniciativa privada para apoio à criação de startups e fomento à incubadoras de Negócios da Biodiversidade, promovendo ambientes de inovação em negócios de bioeconomia e outros

2 Definição de critérios para implantação de territórios de inovação

3 Estudos para implementação de parques tecnológicos, polos de inovação e outras categorias

4 Elaboração de estudos setoriais para identificar cadeias produtivas prioritárias de interesse comum dos consorciados

5 Promoção de eventos, workshops, roadshows entre pesquisadores e empresários

6 Promoção de evento Amazônia de Hachathon - Inovação e Empreendedorismo

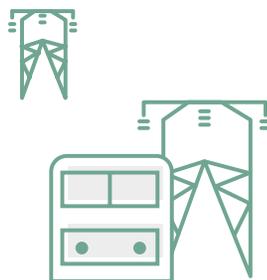
Objetivo Geral: Fomento à criação de polos especializados de pesquisa aplicada ao fortalecimento das cadeias produtivas de interesse do consórcio, gerando o desenvolvimento de territórios de inovação e programa de apoio à inovação voltados a bioeconomia e negócios sustentáveis da Amazônia Legal.

Público alvo: Jovens, pesquisadores, institutos de pesquisa, órgãos governamentais e iniciativa privada

Prazo: Médio

EIXO II

Integração Regional



OBJETIVO 01

Articular Soluções e Mobilizar Recursos para a Integração Logística da Amazônia Legal em Bases Sustentáveis

Projetos prioritários	Descrição
<p>Consolidação da Rede de Infraestrutura e Logística de Transporte Multimodal da Amazônia Legal</p> <p>Principais Ações:</p> <p><u>1</u> Elaboração do Plano Amazônia de Integração Multimodal, com base em estudos econômicos, prospecção de investimentos e em diretrizes e compromissos pactuados entre os estados</p> <p><u>2</u> Levantamento, análise e integração de informações acerca de projetos em curso e/ou em planejamento nos estados (mapeamento e integração do processo de planejamento de obras na Amazônia, envolvendo iniciativas estaduais e federais, para o horizonte 2020/2030</p> <p><u>3</u> Definição de estratégias e mecanismos para enfrentamento dos desafios e alcance de metas (pactos, termos de cooperação, acordos) para a implementação de portfólio de projetos estruturantes da rede multimodal da região de acordo com plano de implementação, segundo fases de execução das obras - curto, médio e longo prazos)</p> <p><u>4</u> Mesa Integradora de Infraestrutura Multimodal da Amazônia para plano de atuação consorciada e gestão das obras</p>	<p>Descrição: Considerar a expansão e a eficiente integração entre os modais de transporte de cargas e pessoas, facilitando o escoamento da produção para destinos nacionais e internacionais. Para isso, serão realizados estudos econômicos aprofundados, prospecção de demanda e investimentos e elaboração do Plano, com base em diretrizes e compromissos pactuados entre os estados. Prevê-se a constituição de comissão técnica para a coordenação e a execução dos estudos, a definição de procedimentos, processos, mecanismos e ferramentas necessários ao levantamento, análise e integração de informações acerca de projetos em curso e/ou em planejamento nos estados.</p> <p>Objetivo Geral: Levando em consideração os desafios de integração da região, este objetivo propõe consolidar a rede de infraestrutura e logística de transporte multimodal da Amazônia Legal, por meio de diagnóstico, estudos e soluções para o seu estabelecimento em bases sustentáveis.</p> <p>Público alvo: Órgãos governamentais, iniciativa privada, sociedade civil organizada, população em geral</p> <p>Prazo: Curto, Médio e Longo</p>

Projetos prioritários	Descrição
<p data-bbox="202 204 639 303">Formulação de Programa de Parcerias e Atração de Investimentos em Infraestrutura Sustentável na Amazônia</p> <p data-bbox="202 353 625 525">1 Desenvolvimento de mecanismos e modelagens de financiamento para Implementação do Plano (PPP´s, Concessões e outros arranjos a serem identificados)</p> <p data-bbox="202 538 605 674">2 Alinhamento com iniciativas e investimentos da Sudam, Suframa e outras instituições com atuação na região amazônica</p> <p data-bbox="202 687 616 928">3 Implementação de agenda Internacional de atração de Investimentos, com base em estudos de prospeção de oportunidades de investimentos e identificação e articulação junto a potenciais investidores</p>	<p data-bbox="682 204 1190 601"><u>Descrição:</u> O projeto envolve o aproveitamento do vasto capital detido por fundos de investimento ou fomento, agências e outros organismos, nacionais e internacionais, de natureza privada e pública. Visa identificar oportunidades e orientar a consolidação de Parcerias Público-Privadas, Concessões e outros arranjos produtivos envolvendo investimentos, especialmente do setor privado, devendo ser constituído um comitê de governança do programa.</p> <p data-bbox="682 614 1190 786"><u>Objetivo Geral:</u> Desenvolver estratégia de captação de recursos para a sustentabilidade financeira da implementação de infraestrutura com foco na integração intermodal.</p> <p data-bbox="682 799 1125 865"><u>Público Alvo:</u> Órgãos governamentais e iniciativa privada</p> <p data-bbox="682 878 919 901"><u>Prazo:</u> Curto e Médio</p>

OBJETIVO 02

Ampliar e Integrar a Infraestrutura de Transporte de Dados na Amazônia Legal

Projetos prioritários	Descrição
<p>Expansão e Integração da Rede de Backbones Regionais na Amazônia Legal à Rede Mundial de Computadores</p> <p><u>1</u> Realização de mapeamento da estrutura atual e identificação dos gargalos da rede por Estado (problemas de natureza técnica e de organização da estrutura governamental relacionada à TIC)</p> <p><u>2</u> Instalação de Comitê de Rede de Dados para Agenda Interinstitucional</p> <p><u>3</u> Articulação nacional e internacional para superar entraves regulatórios e políticos (setor público, privado, instituições de ciência, tecnologia e inovação)</p> <p><u>4</u> Implementação de Plano de Expansão da Rede de Dados da Amazônia Legal</p> <p><u>5</u> Lançamento de cabos de fibra ótica em conjunto com a execução de grandes obras de construção de rodovias, ferrovias e/ou linhas de transmissão de energia elétrica.</p> <p><u>6</u> Integração dos backbones da Região Amazônica a um Ponto de Presença (POP) da Rede Mundial de Computadores no Oceano Pacífico</p>	<p><u>Descrição:</u> A expansão da rede de dados nas áreas mais isoladas da Amazônia Legal serve como vetor para o desenvolvimento sócio-econômico, a inovação, o acesso ao Governo Digital e o progresso em todos os níveis, mesmo onde as empresas de Telecom não possuem interesse comercial em operar. É essencial planejar o lançamento de cabos de fibra ótica em conjunto com a execução de grandes obras de construção de rodovias, ferrovias e/ou linhas de transmissão de energia elétrica.</p> <p><u>Objetivo Geral:</u> Prover acesso de qualidade a todos os habitantes da região amazônica à rede mundial de computadores</p> <p><u>Público Alvo:</u> Órgãos governamentais e população em geral</p> <p><u>Prazo:</u> Curto, Médio e Longo</p>

OBJETIVO 03

Desenvolver e Integrar Sistemas e Banco de Dados,
fortalecendo a governança de TIC na Região

Projetos prioritários	Descrição
<p>Compartilhamento de Metodologias e Soluções de Referência para a Adequação das Práticas e Procedimentos das TICS Adotadas pelos Estados</p> <p><u>1</u> Realização de estudo de avaliação das políticas de tecnologia da informação e comunicação no Brasil, Região e Estados.</p> <p><u>2</u> Institucionalização da Política de Tecnologia da Informação e da Comunicação da Amazônia Legal</p> <p><u>3</u> Criação de Portal Wiki para compartilhamento de metodologias, casos de sucesso, e soluções de referência em sistemas ou infraestrutura que possam ser cedidos a outros Estados</p> <p><u>4</u> Definição de frameworks para os trabalhos de gestão de TIC e governança (ITIL, COBIT, ISOs e outros).</p> <p><u>5</u> Adequação de práticas e procedimentos das TICS de cada Estado para qualificarem-se às certificações ISO 20.000 (gestão e governança de TI) e ISO 27.000 (segurança da informação).</p>	<p><u>Descrição:</u> O projeto pretende disseminar as melhores práticas e elevar o nível da gestão e governança em TIC segundo os melhores frameworks, internacionalmente reconhecidos (COBIT, ITIL, ISOs, etc.). Como passo adicional à profissionalização, adequar as práticas e procedimentos das TICS de cada Estado para os Estados qualificarem-se às certificações ISO 20.000 (gestão e governança de TI) e ISO 27.000 (segurança da informação) - sendo o processo de certificação uma opção de cada ente consorciado, contudo altamente recomendável. A criação de um Portal Wiki interestadual servirá de ferramenta de apoio para o compartilhamento de soluções e boas práticas. Inclui ainda a elaboração e adoção de uma Política de TIC comum para a Amazônia Legal.</p> <p><u>Objetivo Geral:</u> A proposta deste projeto prioritário é a de criar referencial jurídico e técnico para adequação das práticas e procedimentos em Tecnologia da Informação para uma política que permita o compartilhamento de dados e eficiência na comunicação pública</p> <p><u>Público Alvo:</u> Órgãos governamentais, analistas e/ou profissionais especializado</p> <p><u>Prazo:</u> Curto e Médio</p>

Projetos prioritários	Descrição
<p>Implementação de Programa de Integração de Sistemas e Banco de Dados da Amazônia Legal</p> <p><u>1</u> Desenvolvimento de soluções conjuntas entre os estados associados</p> <p><u>2</u> Plataforma de Integração de Sistemas, Informação e Dados da Amazônia Legal (definição de marcos regulatórios e termos de cooperação para acesso às bases de dados)</p> <p><u>3</u> Integração das bases de dados de imageamento e sensoriamento remoto - articulação com SIVAM, SIPAM e órgãos congêneres para a assinatura de termos de cooperação para acesso às bases de dados</p>	<p><u>Descrição:</u> O projeto visa evitar redundâncias e desperdício de esforços e recursos no desenvolvimento autóctone, por cada Estado, por meio de sistemas informatizados que atendem às necessidades comuns. Em outro viés, permite a troca de informações complementares úteis, a exemplo de bases de registros criminais ou de dados necessários à vigilância ambiental ou sanitária. Necessita uma fase preliminar de análise e comparação de sistemas e bases de dados que cada Estado possua interesse em compartilhar, adquirir ou ceder, mediante Termo de Cooperação.</p> <p><u>Objetivo Geral:</u> Desenvolver banco de dados com capacidade de gerir o compartilhamento de informações e recepcionar as diversas plataformas que serão criadas no âmbito do Consórcio.</p> <p><u>Público Alvo:</u> órgãos governamentais</p> <p><u>Prazo:</u> Curto e Médio</p>

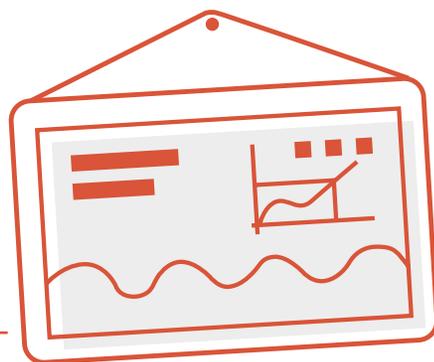
OBJETIVO 04

Promover a Integração Energética da Amazônia Legal em Bases Sustentáveis

Projetos prioritários	Descrição
<p>Consolidação de Governança sobre a Matriz Energética da Amazônia Legal</p> <p>Principais Ações:</p> <ol style="list-style-type: none"><u>1</u> Definição de consensos políticos integradores sobre a estratégia de desenvolvimento da política energética e a utilização dos potenciais amazônicos, com o atendimento dos interesses das populações locais, setores e segmentos<u>2</u> Plano de captação de recursos para incentivo à diversificação de fontes de energia, acessível a consumidores diversos<u>3</u> Articulação conjunta para adoção de modelo seletivo e regionalizado na definição da tarifa elétrica praticada em regiões exportadoras de energia<u>4</u> Iniciativas para a consolidação de programas de eficiência energética em prédios públicos e racionalização de custos<u>5</u> Criação de mesa integradora para avaliações e monitoramento de atos que garantam a regularidade e qualidade na oferta de energia na Amazônia.	<p><u>Objetivo Geral:</u> Desenvolver uma estratégia energética integrada que atenda ao princípio do desenvolvimento econômico sustentável, que reflita no aumento da eficiência energética com respeito ao meio ambiente, e no uso das fontes renováveis de energia, como forma de consolidar o desenvolvimento em todas as suas formas, bem como garantir a integração de todos os estados, por meio de linhas de transmissão. Considerando cenários de expansão com projeções econômicas, demográficas e de desenvolvimento de atividades diversas que projetam aumento do consumo de eletricidade, é essencial planejamento para atendimento das demandas existentes e futuras, o que requer a atuação integrada no estabelecimento de modelo regionalizado para atendimento dos interesses das populações locais.</p> <p><u>Publico alvo:</u> Órgãos governamentais, beneficiários população em geral</p> <p><u>Prazo:</u> Curto, Médio e Longo</p>

EIXO III

Governança Territorial e Ambiental



OBJETIVO 01

Promover o Ordenamento e a Gestão Territorial

Projetos prioritários	Descrição
<p>Regularização Fundiária das Glebas Públicas da Região</p> <p>Principais Ações:</p> <ol style="list-style-type: none">1 Realização de diagnóstico dos principais entraves para a regularização fundiária, a fim de incidir politicamente nos marcos regulatórios à execução2 Priorização das áreas a serem regularizadas;3 Realização de ações coordenadas buscando dar celeridade nos processos de regularização fundiária4 Implementação de Plano de captação de recursos para a execução da política de regularização fundiária5 Criação de mesa integradora para transparência e governança territorial6 Instalação de força tarefa intinerante de órgãos fundiários e correlatos para a resolução de conflitos fundiários	<p>Objetivo Geral: Tendo em vista os conflitos gerados pelos entraves burocráticos, sejam eles políticos, econômicos e sociais que tornam lentos os processos de regularização fundiária, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos procedimentos que regem a destinação e regularização de terras públicas nos estados da Amazônia Legal. Diante disso é imprescindível a construção e implementação de soluções eficientes e compartilhadas e uma força tarefa de mapeamento dos principais entraves, com vistas a dar maior celeridade e transparência aos processos.</p> <p>Público Alvo: Órgãos governamentais, posseiros, famílias assentadas, povos e comunidades tradicionais</p> <p>Prazo: Curto e Médio</p>

Projetos prioritários	Descrição
<p>Integração do Zoneamentos Ecológico-Econômico da Amazônia Legal</p> <p><u>1</u> Planejamento para realização de ZEEs para toda Amazônia Legal, com avaliação sobre a atualização do Macrozoneamento Ecológico Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE</p> <p><u>2</u> Implementação de Plano de captação de recursos para realização do macrozoneamento da Amazônia e dos ZEEs estaduais</p> <p><u>3</u> Capacitação e aperfeiçoamento dos núcleos técnicos dos Estados para acompanhamento, implementação e avaliação dos ZEEs;</p> <p><u>4</u> Criação de colegiado permanente para planejar, acompanhar, apoiar e articular institucionalmente a implementação dos ZEEs estaduais aprovados</p> <p><u>5</u> Articulação junto à União e Câmara Federal para a ampliação do prazo legal para elaboração e aprovação dos ZEEs estaduais</p>	<p><u>Objetivo Geral:</u> A necessidade crescente em dinamizar os territórios norteia-se nas potencialidades e características de cada região. Nesse cenário é essencial uma visão estratégica de planejamento balanceando as metas de crescimento econômico com à conservação dos recursos naturais. O ZEE é o instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente que tem como principal objetivo o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental. Diante dos diversos entraves para a execução, aprovação e implementação dos ZEE's, diversas ações de dinamização e sensibilização são necessárias para que todos os Estados da Amazônia Legal finalizem seus planos de ordenamento territorial.</p> <p><u>Público Alvo:</u> Órgãos governamentais</p> <p><u>Prazo:</u> Médio e Longo</p>

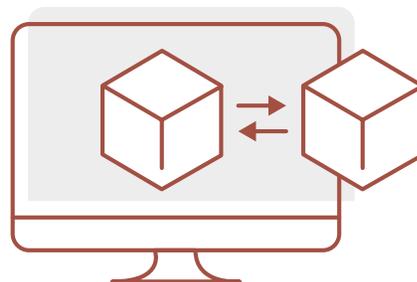
OBJETIVO 03

Compartilhar Dados e Informações Territoriais e Ambientais da Amazônia Legal

Projetos prioritários	Descrição
<p>Criação de Plataforma Amazônia de Dados e Informações Territoriais e Ambientais</p> <p><u>1</u> Inventário e avaliação dos sistemas e banco de dados em operacionalização nos estados</p> <p><u>2</u> Desenvolvimento de sistema integrado para armazenamento, compartilhamento e pesquisa de dados e informação para fins de planejamento, gestão e desenvolvimento e governança territorial e ambiental na Amazônia</p> <p><u>3</u> Ampliação, aprimoramento e integração do Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal – SIAGEO Amazônia</p>	<p><u>Objetivo Geral:</u> Criação de Plataforma de compartilhamento de dados e informações territoriais e ambientais com objetivo de integrar as informações dos segmentos produtivos (zoneamentos agrícolas, silvicultura), de infraestrutura (circulação e energia), de conservação ambiental (áreas de uso legal restrito e áreas potenciais a conservação ambiental), etno culturais (terras indígenas, quilombolas), com vistas ao planejamento, gestão e desenvolvimento territorial.</p> <p><u>Público Alvo:</u> Órgãos governamentais</p> <p><u>Prazo:</u> Curto</p>

EIXO IV

Gestão, Governança e Serviços Públicos Prioritários



OBJETIVO 01	
Implantar modelo de governança cooperativa para Captação de Recursos e Implementação da Estratégia	
Projetos prioritários	Descrição
<p>Criação e Implementação do Escritório de Captação e Gestão</p> <p><u>1</u> Institucionalização de modelo de gestão do Consórcio e de sua carteira de projetos, com implantação do sistema organizacional de coordenação, envolvendo todas as suas instâncias e núcleos nos Estados membros, incluindo desenvolvimento e implantação de instrumentos, ferramentas e mecanismos de gestão e comunicação</p> <p><u>2</u> Desenvolvimento de Programa de Captação de Recursos - mapeamento de oportunidades de negócios, de investimentos e financiamentos, estudos e prospecções</p> <p><u>3</u> Agenda Estratégica de Captação e Negócios (eventos nacionais e internacionais, rodadas de negócios e agendas com governos e instituições)</p>	<p>Objetivo: O objetivo desta iniciativa é o de desenvolver e adotar um modelo de coordenação governamental com foco na construção de competências organizacionais para cumprimento da agenda comum do Consórcio, envolvendo a definição e implementação de ferramentas, instrumentos e mecanismos de gestão e governança para o pleno desempenho das funções e o alcance dos resultados esperados com a execução das iniciativas e projetos planejados. Envolve também o desenho de processos, fluxos, procedimentos.</p> <p>Público Alvo: Servidores públicos, membros do Consórcio e estados associados; Instituições parceiras</p> <p>Prazo: Curto e Médio</p>

Projetos prioritários	Descrição
<p>Aperfeiçoamento gerencial dos Estados associados</p> <p><u>1</u> Implantação de modelo de coordenação governamental, gestão e sustentabilidade do processo decisório e implementação de políticas e iniciativas, a partir do planejamento estratégico dos estados associados</p> <p><u>2</u> Otimização da força de trabalho das organizações dos Estados consorciados, voltado à gestão estratégica de pessoas</p> <p><u>3</u> Implantação de mecanismos, instrumentos e ferramentas para a melhoria da gestão de políticas, projetos e processos governamentais, com base no desenvolvimento e integração de sistemas</p>	<p><u>Objetivo:</u> Instrumentalizar os governos estaduais consorciados a qualificarem o processo decisório na gestão das políticas públicas, melhorar a capacidade de execução das políticas e tornar seus aparelhos administrativos mais eficazes e enxutos por meio do uso adequado da tecnologia da informação e comunicação, da gestão estratégica de pessoas, processos e projetos, e de outras ferramentas de gestão e governança</p> <p><u>Público Alvo:</u> Unidades centrais de governo, órgãos e unidades administrativas.</p> <p><u>Prazo:</u> Médio</p>

OBJETIVO 03

Promover a Comunicação Pública para o Fortalecimento da Atuação Consorciada na Amazônia Legal

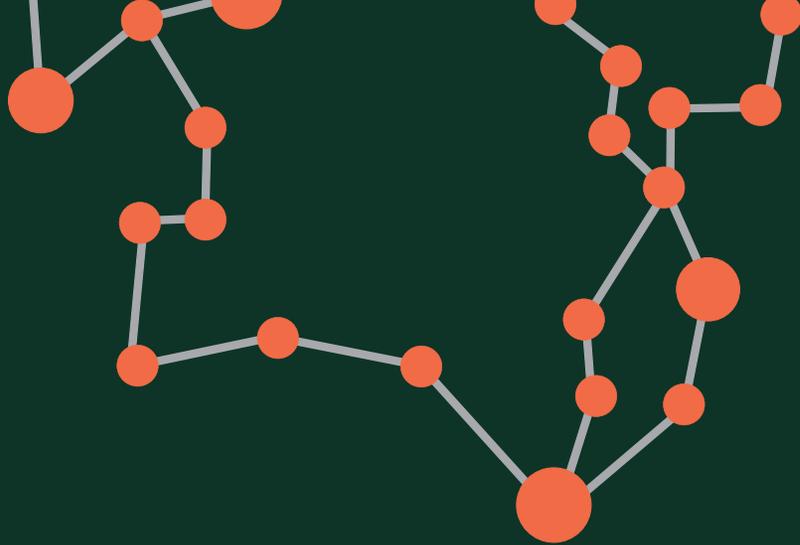
Projetos prioritários	Descrição
<p>Estratégias de Integração e Cooperação em Comunicação Pública na Amazônia Legal</p> <p><u>1</u> Formulação da Política de Comunicação Pública da Amazônia Legal</p> <p><u>2</u> Criação de Agência Amazônia Legal de Comunicação Pública</p> <p><u>3</u> Construção de agenda estratégica de promoção da Amazônia Legal, por meio de campanhas e planos setoriais de comunicação para projetos prioritários</p> <p><u>4</u> Criação e lançamento de série de publicações e vídeos</p>	<p><u>Objetivo:</u> Esta iniciativa tem por objetivo consolidar um novo posicionamento dos atores públicos da região amazônica no cenário nacional e internacional, a partir do novo ambiente interinstitucional representado pela atuação consorciada dos nove Estados que constituem o Consórcio requer a definição de uma política de comunicação regional, orientadora para a difusão de informações e fortalecimento da comunicação pública, voltada também para a elaboração de planos setoriais e campanhas de promoção de setores e segmentos priorizados pela estratégia do Consórcio, incluindo a criação de agência de comunicação, realização de campanhas publicitárias e programa voltado ao fortalecimento da comunicação entre os estados associados e a edição de publicações e documentários.</p> <p><u>Público Alvo:</u> Pessoas, direta ou indiretamente, beneficiárias dos projetos prioritários do Consórcio, nas respectivas áreas de negócios, nos Estados associados.</p> <p><u>Prazo:</u> Curto e Médio</p>

OBJETIVO 04
Estruturar e Promover Serviços Públicos Prioritários

Projetos prioritários	Descrição
<p>Aquisições Conjuntas de Bens, Produtos, Insumos e Serviços</p> <p><u>1</u> Padronização dos procedimentos e fluxos para as aquisições - levantamento de demandas em setores prioritários, alinhamento de condições jurídicas e técnicas e definição de mecanismos e modalidades</p> <p><u>2</u> Implantação do Programa Amazônia de Compras Compartilhadas</p> <p><u>3</u> Criação da Central de Compras Compartilhadas</p> <p><u>4</u> Elaboração de caderno de padronização e procedimentos para orientar as compras compartilhadas no âmbito do Consórcio da Amazonia Legal</p>	<p>Objetivo: Articular mecanismos de compras compartilhadas entre os estados membros do Consórcio Amazônia Legal, com vistas a ganhos de economia e prazos nos processos de aquisições, especialmente, voltados a atender a demandas de setores prioritários, em especial saúde, segurança, TIC e Gestão</p> <p>Público Alvo: Órgãos governamentais</p> <p>Prazo: Curto</p>
<p>Aprimoramento da Política de Ampliação da Jornada Escolar no Ensino Médio para a Promoção da Educação em Tempo Integral</p> <p><u>1</u> Diagnóstico da estrutura escolar e de ensino das escolas de ensino médio dos estados membros</p> <p><u>2</u> Estratégias comuns para a expansão do Ensino Médio em Tempo Integral nos estados associados</p> <p><u>3</u> Implementação do Novo Ensino Médio na escolas, com ampliação progressiva da carga horária</p>	<p>Objetivo: Criar estratégias e mecanismos comuns aos estados associados para o aprimoramento da política de ampliação da jornada escolar no ensino médio, por meio de duas ações prioritárias: a expansão do Ensino Médio em Tempo Integral; e a implementação do Novo Ensino Médio, visando garantir as aprendizagens essenciais definidas na BNCC e a flexibilização curricular, com vistas à redução da evasão, formação na contemporaneidade, conclusão da educação básica na idade apropriada, promoção do desenvolvimento integral do estudante, pleno exercício da cidadania e preparo para o mundo do trabalho.</p> <p>Público Alvo: Estudantes da rede pública do ensino médio</p> <p>Prazo: Médio e longo</p>

Projetos prioritários	Descrição
<p>Programa Tático Operacional de Articulação Interestadual em Segurança Pública</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Desevolvimento e Integração de Sistemas para Segurança Pública na região 2 Protocolo de compartilhamento e Integração de Informações e troca de experiências 3 Mesa Integradora de Inteligência em Segurança Pública, em consonância à Central de Comando e Controle do Norte 4 Operações conjuntas de forças estaduais e federais nas faixas de fronteira, em alinhamento à Política Integrada de Fronteira do Governo Federal - Gabinete de Segurança Institucional (GSI) 5 Operações simultâneas nas faixa de fronteira, promovida pelos estados 	<p>Objetivo: Articular e executar ações tático operacionais na região, de maneira conjunta entre forças de segurança dos estados associados e de forma integrada com as forças federais, a fim de intensificar o combate ao crime organizado, tráfico de drogas, armas e munições, facções criminosas, no território amazônico, especialmente, nas faixas de fronteira, com trabalho de inteligência e desenvolvimento e integração de sistemas e protocolos de compartilhamento de informações.</p> <p>Público Alvo: Órgãos governamentais estaduais e federais, Órgãos do sistema de segurança e a população em geral.</p> <p>Prazo: Curto, Médio e Longo</p>

Projetos prioritários	Descrição
<p>Alfabetização e Aprendizagem na Idade Certa em Regime de Colaboração com os Municípios</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Diagnóstico da educação infantil e do ensino fundamental dos estados associados 2 Implementação de programas de alfabetização e aprendizagem em idade certa nos nove estados membros do Consórcio 3 Estabelecimento de acordo de cooperação entre os governos estaduais e os municípios dos estados associados, segundo critérios de priorização e adesão 4 Realização de eventos e publicações para consolidação dos programas 	<p>Objetivo: Mobilizar e apoiar os municípios dos estados associados na implementação de melhorias no processo de alfabetização e aprendizagem de alunos da rede pública, por meio de duas frentes: alfabetização na idade certa para alunos até o segundo ano de escolaridade, de modo a garantir a aprendizagem da leitura e escrita até os sete anos de idade; e aprendizagem na idade certa, para todas as séries até o quinto ano do ensino fundamental, com foco em língua portuguesa e matemática. O Programa promove mudanças nos campos da gestão da educação municipal e gestão escolar.</p> <p>Público Alvo: Alunos da educação infantil e estudantes do ensino fundamental</p> <p>Prazo: Curto, médio e longo</p>



IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

7

Colocar a estratégia em movimento no ambiente das organizações públicas tem sido um desafio tão grande ou maior que transpor certos obstáculos do ambiente externo. Exige mudança de cultura para manter firme a diretriz política estabelecida que, no caso deste planejamento, está orientada para a superação dos desafios externos e internos identificados e não apenas na execução, isolada, de determinadas ações ou no desempenho de metas intermediárias.

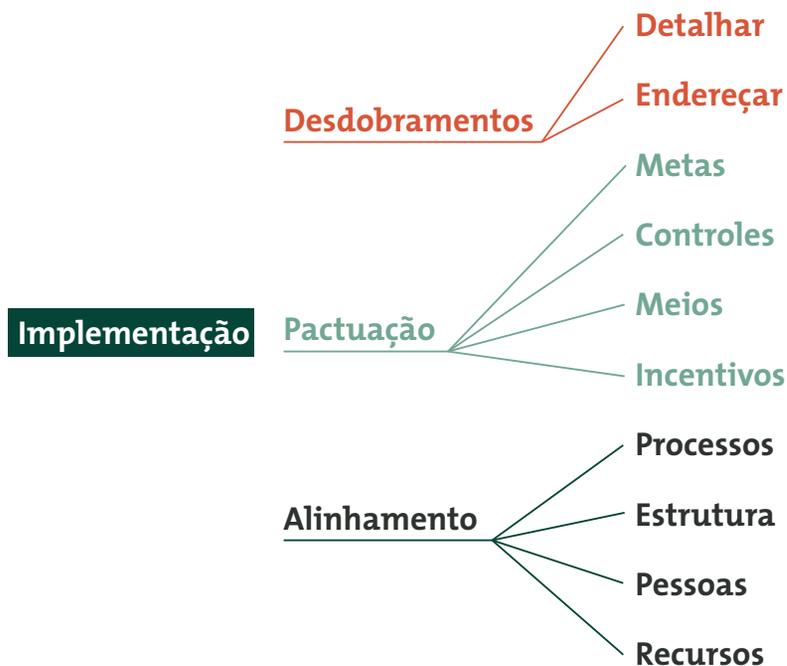
Manter este foco exige uma estrutura de governança e gestão que envolve uma série de medidas, entre as quais a organização de processos e procedimentos operacionais; a definição de critérios para o uso e aplicação dos recursos; a disponibilização dos insumos necessários; a escolha de métodos para lidar com as diversas situações; e a seleção de instrumentos e ferramentas à implementação dos projetos.

Outra estrutura indispensável refere-se a mecanismos para a gestão da diretriz política, dos compromissos, cooperações, e pactuações e posicionamentos estabelecidos entre os estados membros do Consórcio. Envolve ainda a renovação e fortalecimento permanentes das habilidades e competências das pessoas envolvidas, de modo que o alinhamento da estratégia possa acontecer de forma equilibrada e sustentada, ao longo do horizonte temporal estabelecido.

Desta maneira, desdobrar a estratégia é voltar a atenção a todo o ciclo de planejamento que envolve a definição da estratégia; a implementação das iniciativas, projetos e ações; o monitoramento e avaliação por meio de indicadores e estratégia de comunicação interna eficiente; e o aperfeiçoamento constante, com internalização de melhorias ao processo, de modo a assegurar a o pleno cumprimento da missão e a efetiva concretização da visão de futuro projetada neste planejamento , elaborado e pactuado para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

O arranjo de implementação da estratégia terá sua estruturação orientada por modelo de governança que será estruturado por decisões da Assembleia Geral e definições do Conselho de Administração, na etapa seguinte a este planejamento. Trará entre seus componentes os instrumentos operacionais para a gestão eficiente, as modalidades de execução de sua carteira de projetos, o alinhamento da comunicação e pactuação para a engajamento, além dos mecanismos de monitoramento e avaliação, entre outras medidas e ferramentas facilitadoras e mobilizadoras, como se ilustra na figura a seguir.

FIGURA 04 – Diagrama demonstra processo de implementação da estratégia



Fonte: Diagrama utilizado em oficina de planejamento, maio/2019

a) **Governança e Gestão** – A aplicação da governança do Consórcio, com suas competências e atribuições bem definidas nos termos do seu Estatuto, especialmente com relação ao fluxo de poder decisório, transparência, alinhamento e gerenciamento, será de fundamental importância para a dinâmica das ações de implementação das estratégias. Assim, a atuação da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Secretaria Executiva do Consórcio será pautada na eficiência, eficácia, celeridade e na gestão orientada para superação de desafios, busca de resultados e geração de impactos e benefícios efetivos para a sociedade amazônica.

b) Modalidades de Execução – A execução das estratégias previstas no planejamento seguirá o que há de mais avançado na gestão aplicável aos Consórcios Públicos. Assim, o seguimento das ações de implementação será desburocratizada e considerará as modalidades de execução direta de contratos; a gestão associada; as parcerias público-privadas; a terceirização, concessão, permissão, autorização de obras e serviços, quando couber; cooperações técnicas públicas e privadas; parcerias interinstitucionais, dentre outros.

c) Comunicação e Alinhamento – A comunicação e o alinhamento estratégico entre os membros, componentes (atores) do Consórcio e implementadores da estratégia terão um caráter permanente, transversal e integrador: i) no contexto interno - no processo de planejamento, elaboração e implementação de planos, programas e projetos; ii) no contexto externo - em outras iniciativas de interesse comum que tenham por objetivo o desenvolvimento regional integrado e sustentável. Ao mesmo tempo a comunicação será um dos meios de acompanhamento, avaliação, retroalimentação para a busca da eficiência das iniciativas e alcance dos resultados. Além das reuniões presenciais da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e dos reports da Secretaria Executiva, serão criadas ferramentas específicas de comunicação e pactuação para atender a necessidade de coordenação, alinhamento permanente, integração das ações e foco nos objetivos e na diretriz políticas.

d) Instrumentos operacionais – Inicialmente serão elaborados os planos de ação com base nos projetos prioritários que se desdobram deste planejamento estratégico. A partir daí, outros instrumentos serão utilizados visando ainda dar eficiência e celeridade à implementação dos planos, programas e projetos e ao planejamento estratégico como um todo e, sem prejuízo da qualidade dos serviços e resultados, serão desenvolvidos ou adquiridos sistemas tecnológicos de gerenciamento e gestão.

e) Monitoramento e Avaliação – Será adotado um sistema de monitoramento e avaliação de resultados e impactos do planejamento estratégico, com base em indicadores e com objetivo de produzir informações, relatórios de monitoramento, avaliação e análise crítica da gestão e implementação de seus programas estruturantes, projetos, produtos e serviços, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, da Secretaria Executiva e Câmaras Setoriais, bem como parceiros e prestadores de serviços, quanto aos esforços necessários para aprimoramento da implementação, acompanhamento, comunicação dos resultados e impactos e controle social.

7.1 CONVERGÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para impulsionar o desenvolvimento sustentável de seus Estados-Membros, o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal busca promover o alinhamento de seus programas, projetos e ações estratégicas às diretrizes de outras instituições que atuam na Região, visando ampliar a competitividade, ganhos de escala e de complementariedade em ações estratégicas.

A coordenação de ações entre as instituições que atuam na Amazônia Legal representa uma oportunidade de unir esforços para maior eficácia na resolução dos desafios da região. Com este propósito, desde sua instalação, o Consórcio Amazônia Legal mantém articulações com outros dois consórcios: o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BrC⁶; e o Consórcio de Desenvolvimento do Nordeste⁷. Juntos, os três consórcios articulam cooperações federativas que convergem para a criação de estratégias conjuntas voltadas ao desenvolvimento regional. O diálogo e a colaboração também tem se dado de forma constante e serão reforçados com a Força Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas - GCF, que é uma plataforma de apoio dos Estados para o desenvolvimento.

Outras Instituições como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA possuem grande importância para o Consórcio Amazônia Legal, já que suas prioridades se interagem com os objetivos de desenvolvimento do Consórcio e os trabalhos de suas câmaras setoriais, a exemplo da câmara de planejamento e gestão estratégica e da câmara de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

A SUDAM tem entre suas prioridades promover o desenvolvimento econômico, social, cultural, científico, tecnológico e a proteção ambiental da Amazônia, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões. Paralelo à criação da SUDAM, tem-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, criada para fomentar o desenvolvimento desta região. Dentre os seus objetivos, está a concessão de incentivos fiscais de isenção e redução de imposto de renda com a finalidade de criar um cenário favorável a atração de investimentos.

6 Autarquia pública composta pelo Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins.

7 Autarquia pública formada pelos estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia).

Os bancos alinhados a essas propostas são agentes indispensáveis no processo de desenvolvimento regional, a exemplo do Banco da Amazônia, que se constitui como principal instituição financeira brasileira de fomento para promoção do desenvolvimento da região. Sob a custódia do Banco da Amazônia, está o Fundo Constitucional do Norte – FNO, principal fonte de recursos para crédito destinado aos estados que integram a região. O FNO financia investimentos nos setores agropecuário, industrial, agroindustrial, turismo, comércio, serviços, cultural e infraestrutura.

Já o Banco do Nordeste administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, que se constitui como instrumento de política pública federal visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, através do financiamento de projetos dos setores produtivos.



Outro banco de fomento com o qual as ações do Consórcio da Amazônia Legal se alinham é o BNDES, uma vez que procura incentivar a inovação, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento socioambiental no Brasil, além de gerir o Fundo Amazônia, que se configura como um importante instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável, conservação da floresta e prevenção e combate ao desmatamento, por meio da captação de doações para investimentos não reembolsáveis.

A partir do fortalecimento do relacionamento entre as instituições que atuam na Amazônia, pode-se estabelecer cooperações e pactuações entre as partes em três dimensões fundamentais: técnica, financeira e política, configurando um arranjo interinstitucional estratégico e determinante para uma nova economia amazônica, com integração efetiva de políticas públicas e convergência nas decisões e diretrizes.

7.2 FONTES DE RECURSOS E FINANCIAMENTO

A disponibilidade dos recursos financeiros e sua boa aplicação requerem uma atenção especial, pois será peça chave na implementação das estratégias e no alcance dos resultados do Consórcio. Considerando a realidade econômica, fiscal e tributária da União e consequentemente dos Estados, as fontes e aplicações de recursos serão regidas pela eficiência alocativa, eficiência operacional, economicidade, em mecanismos financeiros inovadores e suas regras de conformidade.

As fontes de recursos para a implementação estão previstas na Cláusula Vigésima Sétima do Contrato de Consórcio e a execução das receitas e despesas obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, nos termos do Art. 9º da Lei 11.107/2005.

Constituem fontes de recursos financeiros do Consórcio para a implementação das estratégias:

- I. as contribuições dos Estados associados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e publicados em Resolução pelo Presidente do Consórcio;
- II. a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos associados;
- III. os auxílios contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
- IV. os saldos do exercício;
- V. as doações e legados;
- VI. o produto de alienação de seus bens livres;
- VII. o produto de operações de crédito;
- VIII. as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;
- IX. os créditos e ações;
- X. os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, Termos de Cooperação ou outros instrumentos congêneres;
- XI. outros rendimentos que lhe caibam por disposição legal ou contratual ou por decisão judicial

a) Medidas para mobilização e captação de recursos

Além das fontes definidas e, atendendo a necessidade de permanentemente efetivar e ampliar as escalas de atuação, serão adotadas medidas para mobilizar e captar recursos, com vistas a dar maior celeridade e qualidade à implementação da estratégia, conforme disposição: i) Medidas Governamentais; ii) Arranjo Financeiro Inovador; iii) Parcerias Interinstitucionais.

I. Medidas Governamentais:

Contrato de Rateio: Considerando o que determina a Lei nº 11.107/2005 e o Decreto nº 6.017/2007, será firmado o contrato de rateio que será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante, assegurando a previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Planos Plurianuais: Uma medida imediata estabelecida pelo Consórcio, além do rateio, é de integrar e inserir demandas das ações dos planos, programas e projetos definidos neste planejamento estratégico e/ou de ações comuns entre os entes consorciados, dentro de seus Planos Plurianuais (PPAs) e suas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), de acordo com o previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998, que estão em fase final de consolidação pelos Estados.

Operações de Créditos: Recentemente foi aprovado no Senado Federal a Resolução nº 15, de 2018 que altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, possibilitando aos consórcios públicos o recebimento de recursos decorrentes de operações de crédito. Assim, essa medida também será levada em consideração e estudada de forma criteriosa para a implementação do planejamento estratégico do Consórcio.

Concessão de Incentivos Fiscais: Fundamentado no artigo 155 da Constituição Federal que trata sobre a competência dos Estados para a instituição de impostos e suas eventuais concessões de incentivos, serão realizados estudos técnicos para avaliação da conveniência e oportunidade de se estabelecer concessões de incentivos fiscais e tributários de forma integrada entre os estados consorciados como medida que possibilite a atratividade e o aumento do grau de investimentos privados, a geração de mais empregos, movimentação da economia regional, incentive a circulação da pessoas na região, entre outros.

II. Arranjo Financeiro Inovador.

A implementação da estratégia do Consórcio exigirá medidas inovadoras de arranjo e sustentabilidade financeira. Assim, será elaborado um estudo de viabilidade para subsidiar a criação de uma arranjo financeiro inovador para financiar os planos, programas e projetos estabelecidos no planejamento estratégico. Esse arranjo financeiro deverá considerar diferentes linhas de captação e execução de recursos, bem como diferentes naturezas de fonte, público e privado. Será avaliada a possibilidade deste arranjo financeiro inovador ser composto por linhas de fundos de investimentos, financiamentos, participações, créditos diferenciados, apoios não reembolsáveis, fundo garantidor de crédito, dentre outros. Será avaliada ainda a possibilidade de se utilizar arranjos ou mecanismos financeiros já existentes. Esse arranjo buscará também fontes e fundos nacionais e interacionais que apoiam projetos que convergem com a atuação do Consórcio, como por exemplo o Fundo Amazônia, Fundo Verde para o Clima, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade; além das agências regionais e nacionais como a SUDAM, SUFRAMA, bancos públicos e privados, dentre outros. A governança deste arranjo será do Consórcio.

III. Parcerias Interinstitucionais.

A implementação da estratégia é desafiadora devido à complexidade e a escala regional do foco de atuação do Consórcio. Neste contexto, o Consórcio atuará de forma cooperativa e colaborativa, primando pela construção de parcerias e alianças institucionais com os diferentes setores que atuam na região: Poder Público Federal e Municipais, Iniciativa Privada, Academia e Instituições de Pesquisa, Cooperação Internacional e Sociedade Civil. Essas parcerias e alianças visam o ganho de eficiência e à maior efetividade dos serviços públicos, em observância às finalidades para as quais o Consórcio foi criado e de acordo com as condições estabelecidas no contrato, no estatuto e nos termos previstos em Lei após aprovação da Assembleia Geral. Serão articuladas parcerias com organismos internacionais multilaterais, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, OTCA, União Europeia, ONU por meio de suas agências como Banco Mundial, FAO, ONU-Mulheres, ONU Meio Ambiente, UNESCO, UNICEF, ONU Habitat, PNUD, CEPAL, dentre outros.



CONCLUSÃO

Os estados que compõem a Amazônia Legal sempre viveram em meio a um dilema que tem ditado seu desenvolvimento há décadas: permanecer repetindo os ciclos históricos que têm reforçado as desigualdades regionais do País, ou unir esforços para enfrentar seus conflitos e desafios que são muitos e complexos.

Unidos em um só bloco, os estados amazônicos optaram pelo segundo caminho: o da união e sinergia para a transformação. A criação do Consórcio Interestadual Amazônia Legal representa essa decisão. A elaboração do seu planejamento estratégico, ao estabelecer compromissos entre os estados para alavancar o desenvolvimento em bases cooperativas e sustentáveis, com visão de futuro alinhada a esse propósito, atesta que a história começa, de fato, a mudar o seu curso.

Os Estados membros do Consórcio estão conscientes de que a implementação da estratégia irá exigir compromisso e persistência, já que, por um lado, implicará em mover rígidas engrenagens para transpor certos obstáculos internos e externos e, por outro, reunir adesões e promover convergências suficientes para mobilizar o apoio e os recursos necessários ao alcance dos objetivos.

O planejamento estratégico antevê todos esses desafios, mas os enxerga como matéria-prima para as ações estrategicamente elaboradas, visando superá-los de forma objetiva e proativa.



Concluída essa primeira fase do planejamento, a próxima acontece no decorrer dos próximos três meses e que resultará em nova publicação com caderno de indicadores e metas. Simultaneamente, estará em construção o modelo de governança, com os instrumentos, mecanismos e ferramentas necessárias à implementação da estratégia e execução e monitoramento dos projetos.

Instalado em março deste ano, o Consórcio Amazônia Legal, chegará ao final de 2019, com uma série de iniciativas já em curso e as bases de planejamento necessárias para cumprir a trajetória que delineou para os anos seguintes.

Cada etapa vencida nessa jornada reforça nossa convicção de que estamos no caminho certo para a construção de uma Amazônia forte e desenvolvida, com voz ativa, ciente de seu valor, de seus direitos e deveres, e responsável pela construção do seu destino.

